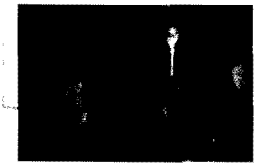


Sumário

Apresentação, xix

Prefácio, xxv

Nota do Autor à 6ª edição, xxvii

Parte I – Introdução ao Direito Civil, 1

1 INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL, 3
- 1.1 Tipicidade, 6

2 FONTES DO DIREITO, 9
- 2.1 Lei, 10
  - 2.1.1 Classificação das leis, 12
- 2.2 Costume, 16
- 2.3 Doutrina, 19
- 2.4 Jurisprudência, 21
- 2.5 Analogia, 23
- 2.6 Princípios gerais de Direito, 25
- 2.7 Eqüidade, 26

3 DIREITO ROMANO, 29
- 3.1 Que se entende por Direito Romano – sua importância, 29
- 3.2 Fases do Direito Romano – sua divisão, 31
  - 3.2.1 Período Régio, 32
  - 3.2.2 Período da República, 34

3.2.3 Período do Principado, 43
3.2.4 Período da Monarquia Absoluta, 45
3.3 Sistema do *Ius Civile*, 46
3.4 Sistema do *Ius Gentium*, 48
3.5 Codificação de Justiniano – outras codificações, 50
3.5.1 Código, 53
3.5.2 *Digesto*, 53
3.5.3 *Institutas*, 56
3.5.4 *Novelas*, 57
3.5.5 Características e importância geral da compilação de Justiniano, 57
3.5.6 Destino da codificação de Justiniano, 58
3.6 Direito Romano e moderno Direito Civil brasileiro, 59

4 DIREITO CIVIL, 61
4.1 Direito Privado em face do Direito Público, 62
4.2 Direito Civil como um ramo do Direito Privado, 64
4.3 Importância do Direito Civil, 66
4.4 Objeto do Direito Civil, 68
4.5 Fontes do Direito Civil, 69

5 SISTEMAS JURÍDICOS, 71
5.1 Que se entende por sistema jurídico, 71
5.2 Por que estudar os fundamentos dos vários sistemas jurídicos, 73
5.3 Sistemas jurídicos no mundo contemporâneo, 74
5.3.1 Introdução ao sistema romano-germânico, 75
5.3.2 *Common Law*, 75
5.3.3 Relações entre os sistemas romano-germânico e o *Common Law*, 80
5.3.4 Direitos socialistas, 81
5.3.5 Sistemas filosóficos e religiosos – Direito chinês e Direito japonês, 83
5.4 Sistema romano-germânico: características, 85
5.4.1 Universidades, 86
5.4.2 Dos costumes à codificação, 89
5.4.3 Novas tendências, 90

6 CODIFICAÇÃO, 93
6.1 Introdução, 93
6.1.1 Efeitos positivos e negativos da codificação, 95
6.1.2 Novos rumos da codificação, 96

6.2 Código de Napoleão, 98
6.3 Código alemão (BGB), 99
6.4 Outras codificações do século XX, 101
6.5 Técnicas da codificação, 102

7 DIREITO CIVIL BRASILEIRO, 105
7.1 Direito Civil antes do Código, 105
7.2 As várias tentativas de codificação, 106
7.3 Código Civil brasileiro de 1916, 108
7.4 Tentativas de reforma legislativa, 109

Parte II – Teoria Geral do Direito Civil, 111

8 SUJEITOS DE DIREITO (I) – DIREITO ROMANO, 113
8.1 Pessoa natural, 113
8.2 Homem sujeito de Direito – *Status libertatis*, 116
8.2.1 Escravidão, 117
8.2.2 Condição de liberto – Patronato, 119
8.3 *Status civitatis*, 120
8.4 *Status familiae*, 121

9 SUJEITOS DE DIREITO (II), 123
9.1 Pessoa natural, 123
9.2 Começo da personalidade natural, 125
9.2.1 Condição do nascituro, 126
9.3 Incapacidade absoluta no Código de 1916 (leitura adicional), 128
9.3.1 Menores de dezesseis anos, 129
9.3.2 Loucos de todo gênero no Código de 1916, 130
9.3.3 Surdos-mudos, 132
9.3.4 Ausentes no Código de 1916, 133
9.4 Incapacidade relativa no Código de 1916 (leitura adicional), 134
9.4.1 Maiores de 16 e menores de 21 anos no Código de 1916, 135
9.4.2 Pródigos no Código de 1916, 137
9.4.3 Silvícolas, 139
9.5 Incapacidades no atual Código, 140
9.5.1 Menoridade, 140
9.5.2 A deficiência mental, 140
9.5.2.1 Ébrios, toxicômanos, deficientes mentais, excepcionais no atual Código, 141

9.6 Incapacidade transitória, 142
9.6.1 Surdos-mudos. Deficientes visuais. Perspectivas no atual Código, 143
9.6.2 Ausência no atual Código, 144
9.6.3 Incapacidade relativa no atual Código, 145
9.6.4 Maiores de 16 e menores de 18 anos, 146
9.6.5 Pródigos no atual sistema, 146
9.7 Proteção aos incapazes, 147
9.8 Emancipação: concessão do pai, mãe ou tutor no Código de 1916 (leitura adicional), 148
9.8.1 Outros casos de emancipação no sistema de 1916, 150
9.8.2 Emancipação no atual Código. Alterações, 152
9.9 Fim da personalidade natural. A morte presumida no atual Código, 155
9.9.1 Comoriência, 160
9.9.2 Momento da morte, 160
9.10 Estado das pessoas, 161
9.11 Atos do Registro Civil, 164
9.11.1 Nascimentos, 166
9.11.2 Óbitos, 167
9.11.3 Emancipação, interdição e ausência, 168
9.11.4 Considerações finais, 169

10 DIREITOS DA PERSONALIDADE. NOME CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, 171
10.1 Direitos da personalidade. Noção e compreensão, 171
10.1.1 Direitos da personalidade. Características. Enumeração, 173
10.1.2 Tutela dos direitos da personalidade, 174
10.1.3 Legitimidade para a tutela dos direitos da personalidade, 176
10.1.4 Proteção da imagem, nome, privacidade e outros aspectos afins, 176
10.1.5 Direito ao próprio corpo, 181
10.1.6 Pessoa jurídica e direitos da personalidade, 184
10.2 Nome civil das pessoas naturais, 185
10.2.1 Origens históricas, 186
10.2.2 Natureza jurídica, 188
10.2.3 Elementos Integrantes do Nome, 189
10.2.4 Nome: prenome e sobrenome. Possibilidade de alteração, 191

10.2.4.1 Alteração do nome da mulher e do marido, 198
10.2.4.2 Redesignação do estado sexual e mudança de prenome, 201
10.2.5 Proteção do nome, 203

11 DOMICÍLIO, 205
11.1 Domicílio no Direito Romano, 206
11.2 Domicílio, residência e moradia, 207
11.3 Unidade, pluralidade, falta e mudança de domicílio, 209
11.4 Importância do domicílio, 211
11.5 Espécies de domicílio, 213
11.5.1 Domicílio de eleição (foro de eleição), 217
11.6 Domicílio da pessoa jurídica, 221

12 PESSOAS JURÍDICAS NO DIREITO ROMANO, 223
12.1 Pessoa jurídica – introdução, 223
12.2 Pessoa jurídica no Direito Romano, 224
12.3 Principais pessoas jurídicas, 224
12.4 Capacidade das pessoas jurídicas no Direito Romano, 226

13 PESSOAS JURÍDICAS, 229
13.1 Introdução, 229
13.2 Denominação, 232
13.3 Requisitos para a constituição da pessoa jurídica, 233
13.4 Natureza da pessoa jurídica, 234
13.4.1 Doutrinas da ficção, 235
13.4.2 Doutrinas da realidade, 237
13.4.3 Doutrinas negativistas, 238
13.4.4 Doutrina da instituição, 239
13.4.5 Conclusão, 239
13.5 Capacidade e representação da pessoa jurídica, 240
13.6 Classificação das pessoas jurídicas, 243
13.6.1 Pessoas jurídicas de Direito Privado, 244
13.6.2 Grupos com personificação anômala, 246
13.7 Patrimônio como elemento não essencial da pessoa jurídica, 251
13.8 Responsabilidade civil das pessoas jurídicas, 252
13.8.1 Evolução doutrinária da responsabilidade civil da administração, 255
13.8.2 Art. 15 do Código Civil de 1916. Art. 43 do atual Código, 259
13.8.3 Aplicação da teoria do risco administrativo, 260

13.8.4 Responsabilidade por atos legislativos e judiciais, 260
13.8.5 Reparação do dano: a ação de indenização, 262
13.9 Nacionalidade das pessoas jurídicas, 262
13.10 Começo da existência legal da pessoa jurídica, 263
13.10.1 Registro da pessoa jurídica, 265
13.11 Sociedades e associações, 267
13.11.1 Associações, 269
13.11.2 Organizações religiosas e partidos políticos, 277
13.12 Fundações, 278
13.13 Transformações e extinção da pessoa jurídica, 284
13.14 Desconsideração da pessoa jurídica, 288

14 BENS EM DIREITO ROMANO, 295
14.1 Introdução, 295
14.2 As coisas *in patrimonio*, 296
14.2.1 *Res mancipi* e *res nec mancipi*, 296
14.2.2 Coisas corpóreas e coisas incorpóreas, 297
14.2.3 Móveis e imóveis, 297
14.3 Coisas *extra patrimonium*, 298
14.3.1 *Res humani iuris*, 298
14.3.2 *Res divini iuris*, 299
14.4 Divisões modernas de bens, 299
14.5 Patrimônio, 300

15 OS BENS E SUA CLASSIFICAÇÃO, 303
15.1 Bens e coisas: objeto do direito, 303
15.2 Bens corpóreos e incorpóreos, 305
15.3 Móveis e imóveis, 306
15.3.1 Regime dos bens imóveis, 307
15.3.2 Regime dos bens móveis, 314
15.4 Bens fungíveis e infungíveis, 315
15.5 Bens consumíveis e não consumíveis, 318
15.6 Bens divisíveis e indivisíveis, 319
15.7 Bens singulares e coletivos, 321
15.8 Bens reciprocamente considerados: principais e acessórios. Pertenças, 323
15.8.1 Frutos, produtos e rendimentos, 326
15.8.2 Benfeitorias, 328
15.9 Bens públicos e particulares, 330
15.10 Bens que estão fora do comércio, 334

16 FATOS, ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS, 337
16.1 Introdução: os fatos jurídicos, 337
16.2 Negócio jurídico, 341
16.2.1 Classificação dos negócios jurídicos, 342
16.3 Atos jurídicos no Direito Romano, 344

17 AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÃO, DEFESA E EXTINÇÃO DOS DIREITOS, 347
17.1 Aquisição dos direitos, 347
17.1.1 Direitos atuais e direitos futuros, 349
17.1.2 Direitos eventuais, 350
17.1.3 Expectativas de direito, 350
17.1.4 Direitos condicionais, 351
17.1.5 Direitos potestativos, 352
17.2 Modificação dos direitos, 353
17.3 Defesa dos direitos, 354
17.3.1 Legítimo interesse: condições da ação, 357
17.4 Extinção dos direitos, 360

18 FENÔMENO DA REPRESENTAÇÃO NO DIREITO: CONCEITO E ESPÉCIES, 363
18.1 Conceito, 363
18.2 Evolução histórica da representação, 364
18.3 Figura do núncio, 365
18.4 Representação legal e voluntária, 366
18.5 Efeitos da representação, 369

19 ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO. PLANOS DE EXISTÊNCIA E VALIDADE, 371
19.1 Elementos, pressupostos e requisitos, 371
19.2 Vontade e sua declaração, 373
19.2.1 Elementos constitutivos da declaração de vontade, 375
19.2.2 Silêncio como manifestação de vontade, 377
19.3 Capacidade do agente, 378
19.3.1 Legitimação, 380
19.4 Forma, 381
19.5 Objeto, 382
19.6 Causa, 385

20 INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 389
20.1 Sentido da interpretação dos negócios jurídicos, 389
20.2 Interpretação no Código Civil. A boa-fé, 391

21 DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – O ERRO, 395
21.1 Defeitos dos negócios jurídicos, 395
21.2 Erro ou ignorância, 398
21.3 Escusabilidade do erro, 400
21.4 Erro substancial e erro acidental, 402
21.5 Erro consistente numa falsa causa, 406
21.6 Erro de fato e erro de direito, 407
21.7 Art. 141 do Código Civil, 409
21.8 Art. 142 do Código Civil, 409
21.9 Erro de cálculo, 410
21.10 Aceitação da manifestação de vontade errônea pelo declaratário, 410
21.11 Erro e vícios redibitórios, 411
21.12 Erro sobre o valor, 411
21.13 Conseqüências da anulação do negócio por erro – interesse negativo, 412

22 DOLO, 415
22.1 Conceito, 415
22.2 Erro e dolo, 417
22.3 Dolo e fraude, 417
22.4 Requisitos do dolo, 418
22.4.1 Dolo essencial e dolo acidental, 419
22.4.2 *Dolus bonus* e *dolus malus*, 420
22.5 Dolo positivo e dolo negativo, 421
22.6 Dolo de terceiro: diferença de tratamento da coação praticada por terceiro no Código de 1916, 423
22.7 Dolo do representante, 425
22.8 Dolo de ambas as partes, 426

23 COAÇÃO E ESTADO DE PERIGO, 429
23.1 Conceito, 429
23.2 Requisitos da coação, 431
23.2.1 Essencialidade da coação, 432
23.2.2 Intenção de coagir, 433
23.2.3 Gravidade do mal cominado, 433
23.2.4 Injustiça ou ilicitude da cominação, 434
23.2.5 Dano atual ou iminente, 435
23.2.6 Justo receio de prejuízo igual, pelo menos, ao decorrente do dano extorquido. A posição do atual Código, 436

23.2.7 Ameaça de prejuízo à pessoa ou bens da vítima, ou pessoas de sua família, 437
23.3 O temor reverencial, 438
23.4 Coação por parte de terceiros, 439
23.5 Estado de necessidade ou estado de perigo. Situações afins, 441

24 LESÃO, 445
24.1 Introdução, 445
24.2 Noção histórica, 446
24.3 Conceito e requisitos, 448
24.4 Lesão e Lei de Proteção à Economia Popular. Código de Defesa do Consumidor, 451
24.5 Procedimento judicial, 453
24.6 Renúncia antecipada à alegação de lesão, 454
24.7 Prazo prescricional, 454

25 FRAUDE CONTRA CREDORES, 455
25.1 Introdução, 455
25.2 Noção histórica, 456
25.3 Fraude em geral, 457
25.4 Fraude contra credores, 459
25.4.1 Requisitos, 461
25.4.2 Ação pauliana, 465
25.5 Casos particulares estatuídos na lei, 467
25.5.1 Outros casos particulares de fraude contra credores, 470
25.6 Fraude de execução, 472
25.7 Ação revocatória falencial, 474
25.8 Conclusão, 475

26 ELEMENTOS ACIDENTAIS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS: CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO, 477
26.1 Introdução – elementos acidentais do negócio jurídico, 477
26.2 Condição, 478
26.2.1 Condições lícitas e ilícitas, 480
26.2.2 Condição perplexa e potestativa, 481
26.2.3 Condição impossível no Código de 1916, 484
26.2.3.1 Condições que invalidam o negócio jurídico no atual Código, 485
26.2.4 Condição resolutiva e condição suspensiva, 486
26.2.5 Implemento ou não-implemento das condições por malícia do interessado. Frustração da condição, 490

26.2.6 Retroatividade da condição, 491
26.2.7 Condição e pressuposição, 493
26.3 Termo, 494
26.3.1 O prazo, 496
26.4 Encargo, 498

27 INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 503
27.1 Introdução ao estudo das nulidades do negócio jurídico, 503
27.2 Nulidade, 504
27.2.1 Conversão do negócio jurídico, 513
27.3 Anulabilidade, 515
27.3.1 Ratificação ou confirmação dos negócios anuláveis, 518
27.4 Distinção entre negócios nulos e negócios anuláveis, 520
27.5 Problemática da inexistência dos negócios jurídicos, 521

28 SIMULAÇÃO, 523
28.1 Conceito, 523
28.2 Requisitos, 525
28.3 Espécies de simulação. O art. 102 do Código Civil de 1916, 528
28.4 Simulação absoluta e simulação relativa, 530
28.5 Simulação maliciosa e simulação inocente, 533
28.6 Simulação e defeitos afins. Reserva mental. Reserva mental no Código de 2002, 535
28.7 Ação de simulação, 539
28.8 Prova da simulação, 542
28.9 Simulação no atual Código Civil, 544

29 ATOS ILÍCITOS. INTRODUÇÃO. ABUSO DE DIREITO, 547
29.1 Responsabilidade civil, responsabilidade contratual e extracontratual, 547
29.2 Elementos da responsabilidade extracontratual ou aquiliana, 551
29.3 Exclusão ou diminuição da responsabilidade, 556
29.4 Abuso de direito, 560
29.4.1 Conceito de abuso de direito, 562
29.4.2 Alguns exemplos significativos de abuso de direito, 563
29.4.3 Aplicação da teoria do abuso em nosso direito, 565
29.4.4 Abuso de direito no atual Código Civil, 567

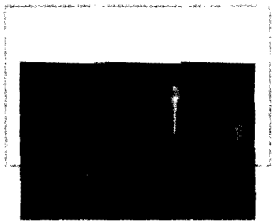
30 PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA, 569
30.1 Influência do tempo nas relações jurídicas, 569

30.2 Prescrição extintiva e prescrição aquisitiva, 571
30.3 Síntese histórica da prescrição, 572
30.4 Conceito e requisitos da prescrição, 573
30.4.1 Ações imprescritíveis, 575
30.4.2 Prescrição e decadência, 576
30.4.3 Disposições legais sobre a prescrição, 580
30.4.4 Impedimento, suspensão e interrupção da prescrição, 586
30.5 Prazos de prescrição no Código de 1916, 598
30.6 Prescrição e decadência no atual Código Civil, 599

31 FORMA E PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 605
31.1 Conceito, valor e função da forma, 605
31.1.1 Escritura pública e instrumento particular, 610
31.2 Prova dos negócios jurídicos, 612
31.2.1 Meios de prova, 615
31.2.2 Confissão, 616
31.2.3 Atos processados em juízo, 618
31.2.4 Documentos públicos ou particulares, 619
31.2.5 A prova testemunhal, 622
31.2.6 Presunções e indícios, 627
31.2.7 A perícia. A inspeção judicial, 629

Bibliografia, 633

Índice Remissivo, 641



Sumário

Nota do Autor à 6ª edição, xxi

1 INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES, 1
- 1.1 Posição da obrigação no campo jurídico, 1
- 1.2 Definição, 4
- 1.3 Distinção entre direitos reais e direitos pessoais, 7
- 1.4 Importância do Direito das Obrigações, 8
- 1.5 Evolução da teoria das obrigações, 9
- 1.6 Posição do Direito das Obrigações no Código Civil e em seu estudo, 11

2 ESTRUTURA DA RELAÇÃO OBRIGACIONAL, 15
- 2.1 Introdução, 15
- 2.2 Sujeitos da relação obrigacional, 16
- 2.3 Objeto da relação obrigacional, 17
  - 2.3.1 Patrimonialidade da prestação, 19
- 2.4 Vínculo jurídico da relação obrigacional, 22
- 2.5 Causa nas obrigações, 23

3 OBRIGAÇÕES NATURAIS, 27
- 3.1 Introdução, 27
- 3.2 Direito Romano, 29
- 3.3 Obrigações naturais no direito brasileiro, 30
- 3.4 Natureza jurídica das obrigações naturais, 34
- 3.5 Efeitos da obrigação natural, 36

4 OBRIGAÇÕES REAIS (*PROPTER REM*) E FIGURAS AFINS, 39
4.1 Obrigações reais (*propter rem*), 39
4.2 Ônus reais, 44
4.2.1 Ônus reais e obrigações reais, 44
4.2.2 Conceito, 45
4.3 Obrigações com eficácia real, 45

5 FONTES DAS OBRIGAÇÕES, 49
5.1 Introdução, 49
5.2 Fontes das obrigações no Direito Romano, 50
5.3 Visão moderna das fontes das obrigações, 51
5.4 Fontes das obrigações no Código Civil de 1916 e no atual Código, 53

6 CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES, 55
6.1 Espécies de obrigações, 55
6.1.1 Obrigações de meio e obrigações de resultado, 58
6.1.2 Obrigações de garantia, 61
6.2 Obrigações de dar: coisa certa e coisa incerta, 62
6.2.1 Obrigações de dar, 62
6.2.2 Obrigações de dar coisa certa, 63
6.2.2.1 Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa na obrigação de dar coisa certa, 65
6.2.2.2 Melhoramentos, acréscimos e frutos na obrigação de dar coisa certa, 68
6.2.2.3 Obrigações de restituir, 69
6.2.2.4 Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa na obrigação de restituir, 69
6.2.2.5 Melhoramentos, acréscimos e frutos na obrigação de restituir, 70
6.2.2.6 Execução da obrigação de dar coisa certa, 72
6.2.3 Obrigações pecuniárias, 73
6.2.4 Obrigações de dar coisa incerta, 77
6.3 Obrigações de fazer e de não fazer, 80
6.3.1 Obrigação de fazer, 80
6.3.2 Obrigação de dar e de fazer, 81
6.3.3 Obrigações de fazer fungíveis e não fungíveis, 82
6.3.4 Descumprimento das obrigações de fazer, 84
6.3.5 Obrigações de não fazer, 87

6.3.6 Modo de cumprir e execução forçada da obrigação de não fazer, 89
6.4 Obrigações alternativas e facultativas, 90
6.4.1 Obrigações cumulativas e alternativas, 90
6.4.2 Obrigação alternativa, 91
6.4.3 Concentração e cumprimento da obrigação alternativa, 93
6.4.3.1 Retratabilidade da concentração, 98
6.4.4 Acréscimos sofridos pelas coisas na obrigação alternativa, 98
6.4.5 Obrigações facultativas, 98
6.4.5.1 Efeitos da obrigação facultativa, 100
6.5 Obrigações divisíveis e indivisíveis, 101
6.5.1 Conceito, 101
6.5.2 Pluralidade de credores e de devedores, 104
6.5.3 Indivisibilidade e solidariedade, 107
6.6 Obrigações solidárias, 108
6.6.1 Conceito, 108
6.6.2 Antecedentes históricos, 109
6.6.3 Obrigações *in solidum*, 109
6.6.4 Características e fundamento da solidariedade, 110
6.6.5 Fontes da solidariedade, 112
6.6.6 Solidariedade ativa, 114
6.6.6.1 Efeitos da solidariedade ativa, 115
6.6.6.2 Extinção da solidariedade ativa, 116
6.6.7 Solidariedade passiva, 117
6.6.7.1 Principais efeitos da obrigação solidária, 117
6.6.7.2 Aspectos processuais da solidariedade. A coisa julgada, 120
6.6.7.3 Pagamento parcial, 121
6.6.8 Extinção da solidariedade, 122
6.7 Outras modalidades de obrigações, 124
6.7.1 Obrigações principais e acessórias, 124
6.7.2 Obrigações líquidas e ilíquidas, 125
6.7.3 Obrigações condicionais, 128
6.7.4 Obrigações modais, 130
6.7.5 Obrigações a termo, 132
6.8 Obrigações de juros. Obrigações pecuniárias, 134
6.8.1 Obrigações de juros, 134
6.8.1.1 Espécies de juros, 135

6.8.1.2 Anatocismo, 139
6.8.2 Obrigações pecuniárias, 141

7 TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES, 145
7.1 Cessão de crédito, 145
7.1.1 Introdução. A transmissibilidade das obrigações, 145
7.1.2 Conceito de cessão de crédito. Afinidades, 146
7.1.3 Posição do devedor, 148
7.1.4 Natureza jurídica, 150
7.1.5 Requisitos. Objeto. Capacidade e legitimação, 150
7.1.6 Responsabilidade, 151
7.1.7 Espécies, 152
7.1.8 Efeitos, 153
7.2 Assunção de dívida, 154
7.2.1 Conceito, 154
7.2.2 Características, 156
7.2.3 Espécies, 157
7.2.4 Efeitos, 159
7.3 Cessão de posição contratual (cessão de contrato), 160
7.3.1 Introdução, 160
7.3.2 Transmissão das obrigações em geral, 162
7.3.3 Cessão de posição contratual. Conceito, 163
7.3.4 Natureza jurídica, 164
7.3.5 Figuras afins, 167
7.3.6 Campo de atuação do instituto, 170
7.3.7 Modos de formação, 171
7.3.8 Efeitos, 171
7.3.8.1 Efeitos entre cedente e cessionário, 171
7.3.8.2 Efeitos entre cedente e cedido, 173
7.3.8.3 Efeitos entre cessionário e cedido, 174
7.3.9 Cessão de posição contratual no direito brasileiro, 175

8 PAGAMENTO, 177
8.1 Extinção normal das obrigações, 177
8.2 Natureza jurídica do pagamento, 178
8.3 De quem deve pagar. O *solvens*, 180
8.4 A quem se deve pagar. O *accipiens*, 184
8.4.1 Credor putativo, 186

8.4.2 Quando o pagamento feito a terceiro desqualificado será válido, 187
8.4.3 Pagamento feito ao inibido de receber, 187
8.5 Objeto do pagamento e sua prova, 188
8.5.1 Prova do pagamento, 191
8.6 Lugar do pagamento. Dívidas *quérables* e *portables*, 194
8.7 Tempo do pagamento, 196

9 ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E PAGAMENTO INDEVIDO, 199
9.1 Introdução, 199
9.2 Enriquecimento sem causa. Conteúdo, 200
9.3 Enriquecimento sem causa e pagamento indevido como fonte de obrigações, 201
9.4 Tratamento da matéria no Direito Romano, 203
9.4.1 A *condictio indebiti*, 204
9.4.2 Outras *condictiones*, 205
9.4.3 Síntese do pensamento romano, 205
9.5 Direito moderno, sistema alemão e sistema francês, 206
9.6 Aplicação da teoria do enriquecimento sem causa no direito brasileiro, 209
9.6.1 Requisitos do enriquecimento sem causa, 211
9.6.2 Aplicação do instituto. A jurisprudência brasileira, 212
9.6.3 Objeto da restituição, 215
9.7 Ação de *in rem verso*, 216
9.7.1 A subsidiariedade da ação, 219
9.8 Síntese conclusiva do enriquecimento sem causa. Prescrição, 221
9.9 Pagamento indevido, 222
9.9.1 Pagamento em geral. Conteúdo, 223
9.9.2 Posição da matéria na lei. Fonte autônoma de obrigações, 224
9.9.3 Pressupostos do pagamento indevido, 225
9.9.4 Erro do *solvens*, 226
9.9.5 Pagamento de dívida condicional, 228
9.10 Casos em que aquele que recebeu não é obrigado a restituir, 229
9.10.1 Dívida prescrita e obrigação natural, 229
9.10.2 Pagamento para fim ilícito, imoral ou proibido por lei, 230
9.10.3 Outra hipótese de não-repetição. O art. 880 (antigo, art. 969), 231
9.11 Pagamento indevido que teve por objeto um imóvel, 231
9.11.1 *Accipiens aliena* de boa-fé por título oneroso, 232

9.11.2 *Accipiens aliena* de boa-fé por título gratuito, 232
9.11.3 *Accipiens aliena* a terceiro de má-fé, 233
9.11.4 Má-fé do *accipiens*, 233
9.11.5 Síntese, 233
9.12 Conclusão, 234

10 FORMAS ESPECIAIS DE PAGAMENTO E EXTINÇÃO DE OBRIGAÇÕES, 235
10.1 Pagamento por consignação, 235
10.1.1 Interesse do devedor em extinguir a obrigação, 235
10.1.2 Objeto da consignação, 236
10.1.3 Hipóteses de consignação, 237
10.1.4 Procedimento da consignação, 241
10.2 Pagamento com sub-rogação, 246
10.2.1 Conceito, 246
10.2.2 Origem histórica, 247
10.2.3 Natureza jurídica e institutos afins, 248
10.2.4 Sub-rogação legal, 249
10.2.5 Sub-rogação convencional, 250
10.2.6 Efeitos da sub-rogação, 252
10.3 Imputação de pagamento, 253
10.3.1 Conceito, 253
10.3.2 Requisitos, 254
10.3.3 Imputação de pagamento feita pelo devedor, 256
10.3.4 Imputação de pagamento feita pelo credor, 256
10.3.5 Imputação de pagamento feita pela lei, 257
10.4 Dação em pagamento, 258
10.4.1 Conceito, 258
10.4.2 Requisitos e natureza jurídica, 259
10.4.3 Equiparação da *datio in solutum* à compra e venda, 260
10.5 Novação, 262
10.5.1 Conceito e espécies, 262
10.5.2 Requisitos, 266
10.5.3 Efeitos, 268
10.6 Compensação, 269
10.6.1 Conceito, 269
10.6.2 Compensação em sua origem romana, 270
10.6.3 Natureza jurídica, 271
10.6.4 Modalidades, 272
10.6.5 Compensação legal. Requisitos, 272

10.6.5.1 Reciprocidade de créditos, 272
10.6.5.2 Liquidez, certeza e exigibilidade, 274
10.6.5.3 Homogeneidade das prestações, 275
10.6.5.4 Existência e validade do crédito compensante, 276
10.6.6 Obrigações não compensáveis, 276
10.6.7 Efeitos, 278
10.7 Transação, 279
10.7.1 Conceito. Peculiaridades, 279
10.7.2 Natureza contratual da transação. Características, 280
10.7.3 Modalidades. Forma, 281
10.7.4 Objeto, 283
10.7.5 Capacidade para transigir. Poder de transigir, 284
10.7.6 Efeitos da transação, 285
10.7.7 Nulidades da transação, 287
10.7.8 Anulabilidades da transação, 288
10.7.9 Interpretação restritiva da transação, 288
10.8 Compromisso, 288
10.8.1 Conceito e utilidade, 288
10.8.2 Natureza jurídica, 291
10.8.3 Mediação, 291
10.9 Confusão, 292
10.9.1 Conceito e natureza jurídica, 292
10.9.2 Fontes da confusão, 293
10.9.3 Espécies, 293
10.9.4 Efeitos, 294
10.9.5 Requisitos, 295
10.10 Remissão, 295
10.10.1 Conceito. Natureza jurídica. Afinidades, 295
10.10.2 Origem histórica, 296
10.10.3 Espécies, 297
10.10.4 Efeitos, 298
10.10.5 Remissão no Código Civil de 2002, 298

11 CRISE NO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. INADIMPLEMENTO. MORA, 301
11.1 Cumprimento da obrigação em crise, 301
11.2 Inadimplemento absoluto e inadimplemento relativo, 303
11.3 Inadimplemento relativo. A mora, 305
11.3.1 Mora do devedor, 306

11.3.2 Efeitos da constituição em mora do devedor, 308
11.4 Mora do credor, 309
11.4.1 Efeitos da mora do credor, 310
11.5 Purgação da mora, 312

12 FRUSTRAÇÃO NO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. INEXECUÇÃO. PERDAS E DANOS, 317
12.1 Descumprimento da obrigação, 317
12.2 Culpa do devedor, 318
12.2.1 Prova da culpa, 321
12.3 Inexecução das obrigações sem indenização. Caso fortuito e força maior, 322
12.3.1 Exoneração da excludente. A cláusula de não indenizar, 323
12.4 Indenização. Perdas e danos, 325
12.4.1 Dano moral, 329

13 CLÁUSULA PENAL, 333
13.1 Conceito. Natureza jurídica, 333
13.2 Cláusula penal compensatória. Cláusula penal moratória, 334
13.3 Funções da cláusula penal, 339
13.4 Exigibilidade da cláusula penal, 340
13.5 Imutabilidade, alteração e limite da cláusula penal, 341
13.6 Cláusula penal e institutos afins, 344
13.7 Cláusula penal e obrigações indivisíveis, 345
13.8 Cláusula penal em favor de terceiro e assumida por terceiro, 346

14 SINAL OU ARRAS, 347
14.1 Conceito, 347
14.2 Noção histórica, 349
14.3 Arras no Código Civil de 1916. Arras confirmatórias, 350
14.4 Arras penitenciais. Função secundária, 352
14.5 Arras e obrigação alternativa, 353
14.6 Arras e cláusula penal, 354
14.7 Arras no atual Código, 354

15 UNIVERSO DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS, 357
15.1 Negócio jurídico e contrato, 357
15.1.1 Contrato no Código francês, 358
15.1.2 Contrato no Código Civil alemão e a assimilação de seu conceito, 359

15.2 Antecedentes históricos, 360
15.3 Historicidade do conceito de contrato. Sua evolução. A chamada crise do contrato, 361
15.4 Contrato no Código de Defesa do Consumidor, 365
15.5 Relação negocial alcançada pelo Código de Defesa do Consumidor, 367

16 PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO CONTRATUAL. CONTRATO DE ADESÃO. NOVAS MANIFESTAÇÕES CONTRATUAIS, 371
16.1 Autonomia da vontade, 371
16.2 Força obrigatória dos contratos, 372
16.3 Princípio da relatividade dos contratos, 373
16.4 Princípio da boa-fé nos contratos, 374
16.4.1 A boa-fé contratual no vigente código. A boa-fé objetiva, 375
16.4.2 Proibição de comportamento contraditório: *venire contra factum proprium*, 377
16.5 Novas manifestações contratuais. Contratos com cláusulas predispostas, 378
16.5.1 Despersonalização do contratante, 379
16.5.2 Contrato de adesão, 380
16.5.3 Contrato-tipo, 382
16.5.4 Contrato coletivo, 382
16.5.5 Contrato coativo, 384
16.5.6 Contrato dirigido ou regulamentado, 384
16.6 Relações não contratuais. Acordo de cavalheiros, 385

17 CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS (I), 387
17.1 Necessidade do estudo da classificação dos contratos, 387
17.2 Classificação no Direito Romano, 389
17.3 Contratos unilaterais e bilaterais – classificação quanto à carga de obrigações das partes, 390
17.3.1 Relevância dessa classificação. Exceção de contrato não cumprido nos contratos bilaterais. Cláusula resolutória nesses contratos, 391
17.3.2 Possibilidade de renúncia à exceção de contrato não cumprido: cláusula *solve et repete*, 395
17.4 Contrato plurilateral, 396

18 CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS (II), 399
18.1 Contratos gratuitos e onerosos, 399
18.2 Contratos comutativos e aleatórios, 401
18.2.1 Contratos aleatórios no Código Civil, 403
18.3 Contratos típicos e atípicos – nominados e inominados, 405

18.3.1 Contratos nominados e inominados no Direito Romano, 407
18.3.2 Compreensão e interpretação moderna dos contratos típicos e atípicos, 408

19 CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS (III), 411
19.1 Contratos consensuais e reais, 411
19.2 Contratos solenes e não solenes – formais e não formais, 412
19.3 Contratos principais e acessórios, 414
19.4 Contratos instantâneos e de duração, 414
19.5 Contratos por prazo determinado e por prazo indeterminado, 415
19.6 Contratos pessoais e impessoais, 417
19.7 Contratos civis e mercantis, 417
19.8 Contrato preliminar, 418
19.9 Contratos derivados – subcontratos, 423
19.10 Autocontrato – contrato consigo mesmo, 425

20 ELEMENTOS DO CONTRATO, 429
20.1 Teoria dos negócios jurídicos aplicada aos contratos, 429
20.2 Vontade no plano contratual. Consentimento. A parte nos contratos, 430
20.2.1 Conceito de parte e sua sucessão nos contratos, 431
20.2.2 Formas de manifestação da vontade contratual. O silêncio como manifestação, 433
20.3 Capacidade dos contratantes, 434
20.4 Objeto dos contratos, 435
20.4.1 Causa e objeto dos contratos, 437
20.4.2 Apreciação pecuniária dos contratos, 437
20.5 Forma e prova dos contratos, 438
20.6 Vícios da vontade contratual. Lesão. Práticas abusivas no Código de Defesa do Consumidor, 440

21 INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS, 445
21.1 Sentido da interpretação, 445
21.2 Linhas de interpretação, 448
21.3 Interpretação em nossa lei, 449
21.4 Particularidades da interpretação dos contratos, 451
21.5 Destinatários das normas de interpretação, 452
21.6 Aspectos e regras de interpretação, 452
21.7 Interpretação integrativa e integração dos contratos, 456

22 TEORIA DA IMPREVISÃO. REVISÃO DOS CONTRATOS, 459
22.1 Princípio da obrigatoriedade dos contratos e possibilidade de revisão, 459
22.2 Fundamentos da possibilidade de revisão judicial dos contratos, 460
22.3 Justificativa para a aplicação judicial da teoria da imprevisão, 461
22.4 Origens históricas. A cláusula *rebus sic stantibus*, 463
22.5 Requisitos para a aplicação da cláusula, 463
22.6 Como se opera a revisão. Efeitos, 465
22.6.1 Soluções legais. Direito comparado, 465
22.7 Cláusula de exclusão da revisão judicial, 469

23 RESPONSABILIDADE CONTRATUAL, PRÉ-CONTRATUAL E PÓS-CONTRATUAL, 471
23.1 Responsabilidade contratual e extracontratual, 471
23.2 Requisitos da responsabilidade civil, 474
23.2.1 Conseqüências da responsabilidade civil, 474
23.2.2 Requisitos da responsabilidade contratual em particular, 475
23.3 Responsabilidade pré-contratual, 476
23.3.1 Recusa de contratar, 477
23.3.2 Rompimento de negociações preliminares, 479
23.4 Responsabilidade pós-contratual, 481

24 RELATIVIDADE DOS CONTRATOS. EFEITOS COM RELAÇÃO A TERCEIROS, 483
24.1 Terceiros e o contrato, 483
24.2 Verdadeiros terceiros na relação contratual, 485
24.3 Contratos em favor de terceiros, 485
24.3.1 Natureza jurídica, 487
24.3.2 Posição do terceiro com relação ao contrato, 488
24.4 Contrato para pessoa a declarar, 489
24.5 Promessa de fato de terceiro, 491

25 DESFAZIMENTO DA RELAÇÃO CONTRATUAL. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS, 493
25.1 Transitoriedade e desfazimento dos contratos. Extinção, 493
25.2 Resilição dos contratos, 495
25.2.1 Distrato e forma, 495
25.2.2 Quitação, recibo, 496
25.2.3 Iniciativa de um dos contratantes. Resilição unilateral. Revogação, 496

25.3 Resolução. Cláusulas resolutivas expressa e tácita, 498
25.4 Resolução por inexecução involuntária, 501
25.5 Resolução por inadimplemento antecipado, 502

26 FORMAÇÃO E CONCLUSÃO DOS CONTRATOS, 505
26.1 Consentimento. Vontade contratual, 505
26.1.1 Silêncio na formação dos contratos, 507
26.2 Período pré-contratual. Formação da vontade contratual, 509
26.2.1 Contratos preliminares. A opção, 510
26.3 Oferta ou proposta, 510
26.4 Força vinculante da oferta, 512
26.4.1 Manutenção da proposta pelos sucessores do ofertante, 513
26.4.2 Proposta não obrigatória, 513
26.4.3 Aceitação, 514
26.4.4 Duração e eficácia da proposta e da aceitação. Retratação. Contratos por correspondência: teorias, 514
26.4.5 Vinculação da oferta no Código de Defesa do Consumidor, 518
26.5 Formação dos contratos por meio de informática, 521
26.6 Lugar em que se reputa celebrado o contrato, 524
26.7 Contratos que dependem de instrumento público, 524
26.8 Contratos sobre herança de pessoa viva, 525
26.9 Impossibilidade da prestação e validade dos contratos, 526

27 VÍCIOS REDIBITÓRIOS, 527
27.1 Obrigações de garantia na entrega da coisa, 527
27.2 Vícios redibitórios. Conceito, 528
27.3 Noção histórica, 530
27.4 Requisitos, 531
27.5 Efeitos, 532
27.6 Exclusão da garantia em vendas sob hasta pública, 533
27.7 Modificações da garantia, 534
27.8 Prazos decadenciais no Código Civil de 1916, 535
27.8.1 Prazos decadenciais no atual Código, 536
27.9 Vícios ocultos segundo o Código de Defesa do Consumidor, 538
27.9.1 Decadência e prescrição no Código de Defesa do Consumidor. Vícios aparentes e ocultos, 542

28 EVICÇÃO, 545
28.1 Conceito, 545
28.2 Noção histórica, 547

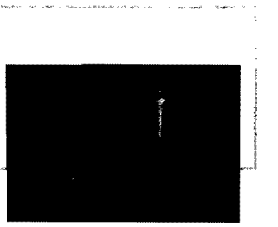
28.3 Requisitos, 547
28.3.1 Requisito da existência de sentença judicial, 548
28.4 Intervenção do alienante no processo em que o adquirente é demandado, 549
28.5 Exclusão da responsabilidade por evicção. Reforço da garantia, 551
28.6 Montante do direito do evicto, 552
28.7 Evicção parcial, 554
28.8 Evicção nas aquisições judiciais, 555

29 VONTADE PRIVADA E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, 557
29.1 Direito privado em face do direito público, 557
29.2 Contratos da administração e contratos administrativos, 558
29.3 Espécies de contratos administrativos, 560
29.4 Características dos contratos administrativos, 560

30 ARBITRAGEM, 565
30.1 Conceito e utilidade, 565
30.2 Natureza jurídica, 568
30.2.1 Mediação, 569
30.3 Origem histórica, 569
30.4 Cláusula compromissória. Novos rumos impostos pela lei. Execução específica: ação para instituição da arbitragem, 570
30.4.1 Aspectos da cláusula compromissória, 572
30.4.2 Procedimentos para execução específica da cláusula compromissória, 575
30.5 Modalidades, 577
30.6 Requisitos do compromisso. Autorização para decidir por eqüidade, 577
30.7 Dos árbitros, 579
30.8 Do procedimento arbitral, 581
30.9 Da sentença arbitral, 584
30.9.1 Nulidade da sentença arbitral, 587
30.10 Sentenças arbitrais estrangeiras, 589
30.11 Extinção do compromisso, 591

Bibliografia, 593

Índice Remissivo, 603



Sumário

Nota do Autor à 6ª edição, xix

1 INTRODUÇÃO AO DIREITO ESPECIAL DOS CONTRATOS, 1

1.1 Direito especial dos contratos ou contratos em espécie, 1

1.2 Evolução da técnica contratual, 3

2 COMPRA E VENDA, 7

2.1 Conceito. Efeitos obrigacionais do contrato de compra e venda, 7

2.2 Classificação, 11

2.3 Elementos constitutivos. Coisa, preço e consentimento. Forma, 13

2.3.1 Falta de legitimação do contratante na compra e venda, 20

2.3.1.1 Venda a descendente (art. 1.132 do Código de 1916 e art. 496 do atual Código), 20

2.3.1.2 Negócios Jurídicos Assemelhados à Compra e Venda. Incidência ou não da Anulabilidade, 21

2.3.1.3 Natureza Jurídica da Nulidade conforme o Código de 1916. Prescrição, 24

2.3.1.4 A Hipótese de Venda de Ascendente a Descendente no atual Código, 25

2.3.1.5 Consentimento dos Descendentes. O Consentimento do Cônjuge no atual Código, 25

2.3.1.6 Venda a Descendente por Interposta Pessoa, 27

2.3.1.7 Ação de Nulidade do art. 1.132. A Anulação no atual Código, 29
2.3.2 Ausência de legitimidade para sujeitos com ingerência sobre bens do vendedor, 30
2.3.3 Falta de legitimação decorrente do casamento, 32
2.3.4 Falta de legitimação do condômino para vender a estranho a coisa indivisa (art. 1.139 do Código de 1916; atual, art. 504). Direito de preferência, 33
2.4 Efeitos complementares da compra e venda, 34
2.4.1 Riscos da coisa vendida, 35
2.4.2 Garantia para tradição da coisa. Insolvência do comprador, 37
2.4.3 Despesas de escritura e tradição. Exigência fiscal, 38
2.4.4 Defeito oculto na venda de coisas conjuntas, 38
2.4.5 Garantia contra vícios redibitórios e evicção, 39
2.5 Venda por amostra, 40
2.6 Venda *ad corpus* e *ad mensuram*, 43
2.7 Proteção do consumidor-comprador. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor à compra e venda. Cláusulas abusivas. Perda das quantias pagas na venda a prazo, 48
2.8 Compra e venda internacional, 51
2.8.1 *Incoterms*, 54

3 CLÁUSULAS ESPECIAIS DA COMPRA E VENDA, 59
3.1 Retrovenda, 59
3.2 Venda a contento. Venda sujeita a prova, 64
3.3 Preempção ou preferência, 67
3.3.1 Preferência do inquilino, 71
3.4 Pacto de melhor comprador, 74
3.5 Pacto comissório, 77
3.6 Venda com reserva de domínio, 79
3.7 Venda sobre documentos, 83
3.8 Venda mediante poupança, 84
3.9 Alienação fiduciária, 84

4 TROCA OU PERMUTA, 93
4.1 Conceito, 93
4.2 Natureza, 94
4.3 Efeitos, 95

5 CONTRATO ESTIMATÓRIO OU DE CONSIGNAÇÃO, 97

5.1 Conceito. Conteúdo. Características, 97
5.2 Natureza jurídica, 98
5.3 Alcance, 99
5.4 Direitos e obrigações do consignante, 99
5.5 Direitos e deveres do consignatário, 100
5.6 Estimação do preço, 101

6 DOAÇÃO, 103

6.1 Conceito. Natureza contratual. Conteúdo. Origens. Características, 103
6.1.1 *Animus donandi*, 105
6.2 Aceitação. Capacidade e legitimação, 107
6.3 Objeto. Doação universal. Doações inoficiosas, 109
6.3.1 Doações em prejuízo dos credores do doador, 111
6.4 Forma, 111
6.5 Efeitos. Obrigações das partes, 112
6.6 Modalidades, 113
6.6.1 Doações entre cônjuges, 116
6.6.2 Doação entre concubinos, 116
6.7 Reversão por premoriência do donatário, 117
6.8 Resolução. Revogação das doações, 118
6.8.1 Prazo decadencial da ação revogatória, 121
6.8.2 Conseqüências da sentença que decreta a revogação, 121
6.8.3 Legitimidade para a ação revogatória, 122
6.9 Promessa de doação, 122

7 LOCAÇÃO DE COISAS. LEI DO INQUILINATO, 125

7.1 Espécies. Conceitos. Natureza, 125
7.1.1 Capacidade. Objeto. Aluguel, 129
7.2 Obrigações do locador e do locatário na locação em geral, 130
7.2.1 Prazo. Alienação da coisa locada na locação em geral, 134
7.3 Locação predial. Lei do inquilinato, 136
7.3.1 Locações regidas pelo Código Civil e leis especiais, 138
7.3.2 Locação residencial. Hipóteses de denúncia vazia. Desfazimento da locação, 139
7.3.3 Locação para temporada, 144
7.3.4 Locação não residencial. Ação renovatória, 145

7.3.4.1 Oposição à pretensão de renovação, 150
7.3.4.2 Rescisão do Contrato de Locação de Hospitais, Estabelecimentos de Saúde e de Ensino, 152
7.3.4.3 Locação Destinada a Titulares de Pessoa Jurídica em Razão do Exercício da Função, 153
7.3.5 Extinção de usufruto e de fideicomisso, 154
7.3.6 Alienação de imóvel durante a locação, 155
7.3.7 Morte do locador e do locatário, 156
7.3.7.1 Separação e divórcio do locatário, 157
7.3.8 Cessão, sublocação e empréstimo do imóvel, 158
7.3.9 Sublocação, 158
7.3.10 Aluguel. Ação revisional, 160
7.3.11 Direitos e deveres do locador, 161
7.3.12 Direitos e deveres do locatário, 163
7.3.13 Direito de preferência, 168
7.3.14 Benfeitorias, 171
7.3.15 Garantias locatícias, 172
7.3.16 Penalidades decorrentes da locação, 174
7.3.17 Nulidades no contrato de locação predial, 176
7.3.18 Direito processual do inquilinato, 177

8 EMPRÉSTIMO: COMODATO, 179

8.1 Empréstimo em geral, 179
8.2 Comodato. Natureza. Objeto. Forma, 179
8.3 Capacidade das partes, 182
8.4 Promessa de comodato, 182
8.5 Prazo, 183
8.6 Direitos e obrigações do comodatário. Riscos, 184
8.7 Direitos e obrigações do comodante, 186
8.8 Restituição. Interpelação. Pagamento de aluguel. Benfeitorias, 187
8.9 Comodato modal, 189
8.10 Extinção, 191

9 EMPRÉSTIMO: MÚTUO, 193

9.1 Conceito. Natureza, 193
9.2 Objeto. Forma, 196
9.3 Obrigações das partes, 197
9.4 Empréstimo de dinheiro. Juros, 198
9.5 Capacidade. Empréstimo feito a menor, 201
9.6 Extinção, 203

10 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, 205

10.1 Conceito. Denominação, 205
10.2 Natureza. Distinção de outros contratos, 207
10.3 Objeto e alcance da prestação de serviços, 211
10.3.1 Aliciamento de mão-de-obra alheia, 212
10.3.2 Ausência de habilitação para a prestação do serviço, 213
10.4 Duração do contrato, 214
10.5 Extinção. Justa causa, 216

11 EMPREITADA, 219

11.1 Conceito. Importância, 219
11.1.1 Espécies. Revisão de preço. O projeto e a fiscalização, 221
11.1.2 Forma, 225
11.2 Figuras afins: prestação de serviço, contrato de trabalho, mandato, compra e venda, fornecimento. Construção por administração, 226
11.3 Sujeitos. Direitos e deveres do dono da obra, 229
11.4 Direitos e deveres do empreiteiro, 234
11.5 Subempreitada, 236
11.6 Verificação e aceitação da obra. Extinção do contrato, 237
11.7 Responsabilidade do construtor. Responsabilidade perante terceiros, 239
11.7.1 Responsabilidade do construtor no atual Código, 243

12 DEPÓSITO, 245

12.1 Conceito. Natureza. Objeto, 245
12.1.1 Forma, 250
12.1.2 Depositário incapaz, 251
12.1.3 Pluralidade de depositantes, 251
12.2 Espécies. Depósito voluntário, 252
12.3 Obrigações das partes, 253
12.4 Depósito obrigatório: legal e necessário, 255
12.5 Ação de depósito, 258
12.5.1 Depositário infiel. Prisão, 259
12.6 Extinção do contrato de depósito, 262

13 MANDATO, 263

13.1 Conceito. Natureza. Procuração. Representação e mandato, 263
13.2 Aceitação do mandato, 268

13.3 Capacidade das partes, 269
13.3.1 Obrigações do mandatário e do mandante. Excesso de mandato, 271
13.4 Forma. Modalidade. Procuração, 274
13.4.1 Mandato judicial, 280
13.5 Substabelecimento, 282
13.6 Ratificação, 284
13.7 Procuração em causa própria. Contrato consigo mesmo ou autocontrato, 286
13.8 Extinção do mandato. Revogação, 287

14 COMISSÃO, 295
14.1 Conceito e natureza, 295
14.2 Remuneração do comissário, 299
14.3 Obrigações do comissário, 300
14.3.1 Comissão *del credere*, 303
14.4 Direitos do comissário, 304
14.5 Obrigações e direitos do comitente, 306
14.6 Extinção do contrato de comissão, 306

15 AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO, 309
15.1 Tratamento conjunto de ambos os contratos. Os contratos de agência e distribuição e o representante comercial, 309
15.2 Comercialização por terceiros, 311
15.3 Agência, 312
15.3.1 Agência e contrato de *lobby*, 314
15.3.2 Características. Remuneração do agente, 315
15.3.3 Prazo, 318
15.4 Distribuição, 319

16 CORRETAGEM, 323
16.1 Conceito. Natureza jurídica, 323
16.2 Corretor, 326
16.3 Remuneração, 327
16.3.1 Outros direitos e deveres do corretor, 330
16.4 Extinção, 331

17 TRANSPORTE, 333
17.1 Conceito. Origens, 333
17.2 Natureza jurídica, 335

17.2.1 Espécies, 337
17.3 Sujeitos, 337
17.4 Objeto, 338
17.5 Frete, 339
17.6 Obrigações das partes. Vistoria e protesto. Responsabilidade do transportador, 339
17.7 Transporte de pessoas no atual Código, 342
17.7.1 Transporte gratuito, 345
17.8 Transporte de coisas no atual Código, 346
17.9 Conhecimento, 349
17.10 Bilhete de passagem, 350
17.11 Particularidades do transporte aéreo, 350

18 SEGURO, 353

18.1 Origens. Conceito, 353
18.2 Características. Natureza jurídica, 356
18.3 Objeto, 361
18.4 Risco, 362
18.4.1 Espécies, 363
18.4.2 Seguro de homem casado em favor da concubina, 368
18.5 Prêmio, 369
18.5.1 Mora no pagamento do prêmio, 370
18.6 Indenização. Rateio, 372
18.7 Partes. Seguro mútuo, 374
18.8 Obrigações do segurado, 375
18.9 Obrigações do segurador, 378
18.9.1 Morte voluntária do segurado, 380
18.10 Instrumentos contratuais, 381
18.11 Multiplicidade de seguros. Co-seguro, 384
18.12 Resseguro, 386
18.13 Sub-rogação, 388
18.14 Extinção do contrato de seguro, 389
18.15 Prescrição, 390

19 CONSTITUIÇÃO DE RENDA, 393

19.1 Conceito. Origens. Utilidade. Características. Direito obrigacional e direito real, 393
19.2 Fontes, 396

19.3 Nulidade de constituição. Direito de acrescer, 397
19.4 Direitos e obrigações das partes, 398
19.5 Extinção, 399

20 JOGO E APOSTA, 401

20.1 Conceito. Natureza jurídica, 401
20.2 Espécies de jogo. Natureza da obrigação. Características, 403
20.3 Contratos diferenciais, 405
20.4 Sorteio, 406

21 FIANÇA, 409

21.1 Conceito. Natureza. Modalidades, 409
21.2 Extensão da fiança, 414
21.3 Fiança e obrigação natural, 415
21.4 Requisitos subjetivos. Legitimidade. Outorga conjugal, 416
21.5 Efeitos da fiança. Benefício de ordem. Sub-rogação, 419
21.6 Exoneração da fiança, 423
21.7 Fiança na locação imobiliária, 426
21.8 Exceções opostas pelo fiador, 427
21.9 Extinção da fiança, 428

* **Advertência ao leitor**
TRANSAÇÃO: O capítulo referente à transação encontra-se no v. 2 desta obra, Capítulo 10.

22 DOS ATOS UNILATERAIS: PROMESSA DE RECOMPENSA. CONCURSO, 429

22.1 Promessa de recompensa como negócio jurídico unilateral. Conceito. Generalidades, 429
22.2 Conteúdo, 431
22.3 Prêmio ou recompensa. Exigibilidade, 432
22.4 Revogabilidade, 433
22.5 Concurso, 434

23 DOS ATOS UNILATERAIS: GESTÃO DE NEGÓCIOS, 437

23.1 Conceito. Natureza, 437
23.2 Requisitos, 440
23.3 Obrigações e direitos do gestor, 441
23.4 Obrigações e deveres do dono. Utilidade da gestão, 443
23.5 Ratificação e desaprovação da gestão, 444
23.6 Casos assemelhados à gestão. Emprego útil, 445
23.7 Extinção da gestão. Ações, 446

* **Advertência ao leitor**: O capítulo referente ao pagamento indevido e ao enriquecimento sem causa estão no v. 2 desta obra.

24 DOS ATOS UNILATERAIS: TÍTULOS DE CRÉDITO, 447

24.1 Generalidades. Conceito. Características. O atual Código, 447
24.1.1 Notícia histórica, 452
24.2 Legislação dos títulos de crédito, 455
24.2.1 Requisitos essenciais, 455
24.2.2 Título de crédito em branco, 457
24.2.3 Saque, aceite, endosso, aval e outros institutos típicos do direito cambial, 458
24.3 Títulos ao portador, 467
24.3.1 Títulos nominativos, 470
24.4 Vencimento. Pagamento. Prescrição, 471
24.5 Protesto. Origem histórica, 473
24.5.1 Protesto. Conceito. Natureza jurídica, 474
24.5.2 Protesto. Classificação, 475
24.5.3 Protesto de outros documentos de dívida na Lei nº 9.492/97, 477
24.5.4 Sentido metajurídico do protesto e a posição do legislador, 480

25 FORNECIMENTO, 483

25.1 Conceito, 483
25.2 Natureza jurídica. Características, 484
25.3 Modalidades. Elementos, 486
25.4 Distinção de outras modalidades contratuais, 486
25.5 Obrigações das partes, 487
25.6 Extinção, 488

26 INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA, 491

26.1 Incorporador. Incorporação. Conceito. Natureza jurídica, 491
26.2 Partes, 495
26.3 Objeto, 495
26.4 Conteúdo. Lançamento da incorporação. Construção, 496
26.5 Construção por empreitada e por administração. Venda por preço global, 497
26.6 Obrigações e direitos do incorporador, 500
26.7 Obrigações e direitos dos adquirentes. Inadimplemento contratual. Aplicação do art. 53 do Código de Defesa do Consumidor, 501

26.8 Comissão de representantes e assembléia geral de adquirentes. Convenção do condomínio, 503
26.9 Inadimplência do incorporador, 506
26.10 Inadimplência do adquirente, 506
26.11 Extinção, 507
26.12 O patrimônio de afetação. Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, 508

27 COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA, 511

27.1 Conceito. Promessa de compra e venda com eficácia real, 511
27.2 Natureza jurídica do compromisso de compra e venda de imóvel. Particularidades, 512
27.3 Adjudicação compulsória, 514
27.4 Características da promessa de compra e venda, 518

28 GARAGEM, 523

28.1 Conceito, 523
28.2 Características, 525
28.3 Natureza jurídica. Semelhança com outros contratos, 526
28.4 Obrigações das partes, 527
28.5 Proteção do usuário. Cláusula de exclusão de responsabilidade, 528
28.6 Prazo, 530
28.7 Extinção, 530

29 REPRESENTAÇÃO COMERCIAL, 531

29.1 Conceito. Distinção da representação comercial de outros contratos e do contrato de agência, 531
29.2 Representante comercial autônomo segundo a Lei nº 4.886/65, 535
29.3 Forma e conteúdo do contrato de representação. Prazo, 536
29.4 Direitos e obrigações das partes, 537
29.5 Rescisão. Denúncia. Extinção do contrato, 539

30 TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. LICENÇA E *KNOW-HOW*, 543

30.1 Terminologia. Conceito, 543
30.2 Contrato de licença, 546
30.3 Contrato de *know-how*, 547
30.4 Outros contratos, 548
30.5 Extinção, 549

31 FRANQUIA, 551

31.1 Conceito. Origens. Modalidades, 551
31.2 Natureza jurídica. Características. Cláusulas específicas, 556
31.3 Direitos e deveres das partes. Circular de oferta de franquia, 558
31.4 Extinção do contrato, 562

32 *FACTORING* (FATURIZAÇÃO), 563

32.1 Conceito, 563
32.2 Modalidades, 565
32.3 Características, 567
32.4 Obrigações das partes. Posição do cedido, 568
32.5 Extinção do contrato, 569

33 *LEASING* (ARRENDAMENTO MERCANTIL), 571

33.1 Conceito. Natureza jurídica, 571
33.2 Origens, 574
33.3 Espécies, 574
33.3.1 Tratamento legislativo no Brasil, 576
33.3.2 Obrigações das partes, 576
33.4 Ações judiciais, 577
33.5 Extinção do contrato, 581

34 SOCIEDADE, 583

34.1 Pessoa jurídica e sociedade, 583
34.2 Contrato de sociedade. Natureza jurídica, 584
34.2.1 Figuras afins, 588
34.3 Modalidades, 589
34.3.1 Sociedade e associação, 594
34.3.2 Sociedade de fato e sociedade irregular, 595
34.4 Direitos e deveres dos sócios, 597
34.5 Administração, 599
34.6 Obrigações da sociedade e dos sócios perante terceiros, 601
34.7 Resolução da sociedade em relação a um sócio. Dissolução da sociedade, 602

35 CONTRATOS AGRÁRIOS: ARRENDAMENTO E PARCERIA, 611

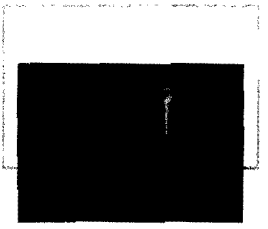
35.1 Direito agrário e princípios contratuais, 611
35.2 Arrendamento rural. Distinção da parceria, 614

35.3 Parceria, 616
35.4 Prazos, 617
35.5 Forma, 619
35.6 Direito de preferência, 619
35.7 Renovação ou prorrogação do contrato, 621
35.8 Benfeitorias e direito de retenção, 622
35.9 Preço no arrendamento, 622
35.10 Preço na parceria, 624
35.11 Ação de despejo, 624
35.12 Falsa parceria, 625
35.13 Extinção dos contratos, 626

36 CONTRATO DE DIREITOS AUTORAIS, 629
36.1 Conceito. Âmbito. Edição, 629
36.2 Obrigações do autor, 633
36.3 Direitos do autor, 635
36.4 Obrigações do editor, 637
36.5 Direitos do editor, 638
36.6 Extinção, 639
36.7 Contratos de encomenda de obra intelectual, 639
36.8 Transferência de direitos autorais, 641
36.9 Representação e execução dramática e musical, 644

Bibliografia, 647

Índice remissivo, 659



Sumário

Nota do Autor à 6ª edição, xi

1 RESPONSABILIDADE CIVIL. REAPRESENTAÇÃO DO TEMA. PRINCÍPIOS GERAIS, 1

1.1 Introdução. Responsabilidade civil: princípios orientadores. Responsabilidade subjetiva e objetiva, 1

1.2 Responsabilidade objetiva. Risco, 9

1.3 Lineamentos históricos, 15

1.4 Responsabilidade civil e penal, 16

1.5 Responsabilidade contratual e extracontratual. (Responsabilidade negocial e extranegocial), 18

1.6 Ato ilícito, 20

1.7 Culpa, 20

1.7.1 Culpa concorrente, 29

1.8 Dano, 30

1.8.1 Dano moral, 36

1.9 Nexo causal, 42

1.10 Excludentes da responsabilidade. Rompimento do nexo causal. Culpa da vítima, 44

1.11 Caso fortuito e força maior, 46

1.11.1 Estado de necessidade. Legítima defesa. Exercício regular de direito, 50

1.12 Fato de terceiro, 54

1.13 Cláusula de não indenizar. Cláusula limitativa de responsabilidade, 57
1.14 Imputabilidade, 60
1.15 Direito e responsabilidade do sucessor hereditário, 62

2 RESPONSABILIDADE POR FATO DE OUTREM, 63

2.1 Responsabilidade direta e indireta, 63
2.2 Responsabilidade dos pais pelos filhos menores, 69
2.3 Responsabilidade de tutores e curadores, 75
2.4 Responsabilidade do empregador e assemelhado, 76
2.5 Responsabilidade dos donos de hotéis e similares, 82
2.6 Responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, 83
2.7 Responsabilidade pelo proveito do crime, 87
2.8 Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Responsabilidade do Estado e do magistrado. Responsabilidade pela deficiente. Prestação jurisdicional. Responsabilidade por atos legislativos, 88
2.9 Ação regressiva, 95

3 RESPONSABILIDADE PELO FATO DAS COISAS E PELA GUARDA OU FATO DE ANIMAIS, 99

3.1 Introdução e compreensão. O fato da coisa, 99
3.2 Responsabilidade pela ruína de edifício, 105
3.3 Responsabilidade por coisas caídas de edifícios, 107
3.4 Responsabilidade por fato ou guarda de animais, 109

4 RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL: RESPONSABILIDADE MÉDICA E ODONTOLÓGICA, 117

4.1 O médico e as relações de consumo, 117
4.2 Natureza da responsabilidade médica, 125
4.3 Relação médico-paciente, 130
4.4 Ética médica e responsabilidade. Sigilo profissional, 132
4.5 Cirurgia plástica como obrigação de resultado, 135
4.6 Responsabilidade pela anestesia, 137
4.7 Complexidade da prova da culpa. A responsabilidade médica no Código de Defesa do Consumidor, 139
4.8 Responsabilidade do odontólogo, 144

5 RESPONSABILIDADE CIVIL NOS TRANSPORTES, 147

5.1 Introdução, 147
5.2 Responsabilidade das estradas de ferro. Extensão de aplicação dessa lei. Código de Defesa do Consumidor nos transportes, 149
5.3 Transporte gratuito, 161

5.4 Transporte aéreo e aplicação do Código de Defesa do Consumidor, 165

6 SENTENÇA CRIMINAL E RESPONSABILIDADE CIVIL, 179

6.1 Introdução, 179
6.2 Execução da sentença penal condenatória, 183
6.3 Sentença penal absolutória, 191

7 RESPONSABILIDADE POR DANO AMBIENTAL, 197

7.1 Introdução, 197
7.2 Dano ambiental, 200
7.3 Reparação do dano ambiental. Responsabilidade objetiva, 205
7.4 Responsabilidade por atividades nucleares, 211

8 RESPONSABILIDADE CIVIL NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, 213

8.1 Introdução. O atual direito, 213
8.2 Relação de consumo e responsabilidade civil, 220
8.3 Reparação de danos, 233

9 OUTRAS MODALIDADES DE RESPONSABILIDADE, 243

9.1 Responsabilidade civil dos advogados, 243
9.2 Responsabilidade civil dos bancos e demais instituições financeiras, 249
9.3 Responsabilidade dos notários, 255
9.4 Responsabilidade por furto de veículos em estabelecimentos comerciais e assemelhados, 257
9.5 Responsabilidade de empreiteiros e construtores, 260
9.6 Dano informático, 262
9.7 Responsabilidade por demanda antecipada de dívida ou de dívida já paga, 264
9.8 Responsabilidade decorrente do rompimento do casamento e da união estável, 268

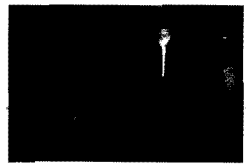
10 DANO E REPARAÇÃO, 271

10.1 Dano emergente e lucro cessante. Perda da chance, 271
10.2 Danos materiais e danos imateriais. Danos morais. Dano moral à pessoa jurídica. Avaliação dos danos morais, 277
10.3 Liquidação do dano. Pensão periódica e pagamento integral único, 290
10.3.1 Juros simples e juros compostos. Honorários, 292

10.4 Indenização em caso de homicídio, 297
10.5 Indenização na lesão corporal, 302
10.5.1 Dano estético na mulher viúva ou solteira, 305
10.6 Legítima defesa do causador do dano, 306
10.7 Indenização por injúria, difamação e calúnia. Indenização por ofensa à liberdade pessoal, 307
10.8 Responsabilidade por usurpação e esbulho, 310

Bibliografia, 313

Índice Remissivo, 319



Sumário

Nota do Autor à 6ª edição, xvii

1 O UNIVERSO DOS DIREITOS REAIS, 1
- 1.1 Relação das pessoas com as coisas, 1
- 1.2 Direitos reais e direitos pessoais, 5
- 1.3 Divagações doutrinárias acerca da natureza dos direitos reais, 11
- 1.4 Situações intermediárias entre direitos reais e direitos pessoais, 14
  - 1.4.1 Obrigações *propter rem*, 15
  - 1.4.2 Ônus reais, 16
  - 1.4.3 Obrigações com eficácia real, 17

2 EFEITOS DO DIREITO REAL, 21
- 2.1 Denominação: Direito das coisas. Direitos reais, 21
- 2.2 Direito real e eficácia *erga omnes*, 21
- 2.3 Ações reais, 23
- 2.4 Classificação dos direitos reais, 24
- 2.5 Tipicidade estrita dos direitos reais e normas de ordem pública, 25

3 DA POSSE, 27
- 3.1 Defesa de um estado de aparência, 27
- 3.2 Posse e propriedade. Juízo possessório e juízo petitório, 30
- 3.3 Conceito de posse: *corpus* e *animus*. Detenção. Fâmulos da posse, 36
- 3.4 Objeto da posse. Posse de direitos, 45

4 CLASSIFICAÇÕES DA POSSE, 49
4.1 Posse direta e indireta, 49
4.2 Composse, 55
4.3 Posse justa e injusta. Posse violenta, clandestina e precária, 58
4.4 Posse de boa-fé e de má-fé. Justo título, 64
4.5 Princípio de continuidade do caráter da posse, 68
4.6 Posse *ad interdicta* e posse *ad usucapionem*. Posse nova e posse velha, 70

5 AQUISIÇÃO, CONSERVAÇÃO, TRANSMISSÃO E PERDA DA POSSE, 73
5.1 Aquisição da posse, 73
5.1.1 Apreensão da coisa ou exercício do direito. Aquisição originária e derivada. Presunção de posse dos móveis, 75
5.1.2 Disposição da coisa ou do direito, 79
5.1.3 Modos de aquisição da posse em geral, 79
5.1.4 Quem pode adquirir a posse, 80
5.2 Transmissão da posse, 82
5.3 Conservação e perda da posse, 83
5.3.1 Perda da posse pelo abandono, 85
5.3.2 Perda da posse pela tradição, 86
5.3.3 Perda ou destruição da coisa. Coisas postas fora do comércio, 86
5.3.4 Posse de outrem. Perda da posse do ausente, 87
5.3.5 Perda da posse pelo constituto possessório, 88
5.3.6 Perda da posse de direitos, 89
5.4 Perda ou furto da coisa móvel e título ao portador, 90
5.5 Atos que não induzem posse, 91
5.6 Posse de móveis contidos em imóvel, 92

6 DOS EFEITOS DA POSSE (I): FRUTOS, PRODUTOS E BENFEITORIAS. INDENIZAÇÃO PELA PERDA OU DETERIORAÇÃO DA COISA. USUCAPIÃO, 95
6.1 Efeitos da posse. Sua classificação. Proteção possessória, 95
6.2 Percepção dos frutos, 97
6.3 Indenização por benfeitorias e direito de retenção, 102
6.4 Indenização dos prejuízos. Indenização pela deterioração ou perda da coisa, 108
6.5 Usucapião, 110

7 DOS EFEITOS DA POSSE (II): DEFESA DA POSSE. INTERDITOS. PROCESSO. OUTRAS AÇÕES DE DEFESA DA POSSE, 111
7.1 Fundamentos e âmbito da proteção possessória. Histórico, 111
7.2 Legítima defesa da posse. Desforço imediato, 114
7.3 Interditos possessórios. Ações possessórias no Código de Processo Civil, 118
7.3.1 Ação de esbulho ou de indenização movida contra terceiro, 120
7.3.2 Fungibilidade das ações possessórias, 121
7.3.3 Aplicação das ações possessórias às coisas móveis, 122
7.3.4 Ação real ou ação pessoal, 124
7.3.5 Cumulação de pedidos nas ações possessórias, 125
7.3.6 Natureza dúplice da ação possessória, 127
7.3.7 Exceção de domínio, 129
7.3.8 Ações de força nova e de força velha. A medida liminar nas ações possessórias, 133
7.3.9 Carência de idoneidade financeira do autor beneficiado pela liminar, 136
7.4 Interdito proibitório, 137
7.5 Manutenção de posse, 139
7.6 Reintegração de posse, 140
7.7 Embargos de terceiro, 141
7.8 Nunciação de obra nova, 145
7.9 Ação de dano infecto, 147
7.10 Imissão de posse, 147
7.11 Servidões e proteção possessória, 148

8 PROPRIEDADE, 151
8.1 Notícia histórica, 151
8.2 Aspectos da finalidade social da propriedade. A expropriação do art. 1.228, § 4º, 153
8.2.1 O estatuto da cidade, 159
8.3 Sobre a natureza jurídica da propriedade, 161
8.4 Objeto do direito de propriedade, 162
8.5 Restrições ao direito de propriedade, 166
8.6 Noção de patrimônio, 167

9 AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE EM GERAL. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL. USUCAPIÃO E SUAS MODALIDADES, 169
9.1 Propriedade móvel e imóvel. Princípios gerais, 169
9.1.1 Sistemas de aquisição da propriedade, 170

9.1.2 Ação pessoal para entrega de coisa. Aspectos processuais, 173
9.1.3 Aquisição originária e derivada; a título singular e a título universal, 175
9.2 Aquisição da propriedade imóvel pela transcrição. Registro de Imóveis: princípios gerais. Registro Torrens, 177
9.3 Acessão, 182
9.3.1 Acessão por formação de ilhas, 182
9.3.2 Acessão por formação de aluvião, 184
9.3.3 Acessão por avulsão, 185
9.3.4 Acessão por álveo abandonado, 186
9.3.5 Construções e plantações, 187
9.3.6 Acessão natural de animais, 192
9.4 Usucapião: Introdução. Notícia histórica, 193
9.4.1 Fundamentos do usucapião, 195
9.4.2 Requisitos do usucapião. Usucapião ordinário e extraordinário no Código de 1916, 195
9.4.3 Usucapião no atual Código. Modalidades. Uma nova perspectiva, 203
9.4.4 Usucapião especial. Constituição de 1988, 206
9.4.5 Processo no usucapião, 213
9.5 Aquisição pelo direito hereditário, 215

10 AÇÃO REIVINDICATÓRIA E OUTROS MEIOS DE TUTELA DA PROPRIEDADE, 217
10.1 Juízo possessório e juízo petitório. Tutela da propriedade, 217
10.2 Ação reivindicatória, 219
10.3 Ação declaratória, 221
10.4 Ação negatória, 221
10.5 Outros meios de tutela da propriedade, 223

11 AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL, 225
11.1 Introdução, 225
11.2 Ocupação, 226
11.2.1 Caça, 228
11.2.2 Pesca, 229
11.2.3 Invenção ou descoberta, 230
11.2.4 Tesouro, 233
11.3 Especificação, 235
11.4 Confusão, comistão e adjunção, 237

11.5 Usucapião da coisa móvel, 239
11.6 Tradição, 242

12 PERDA DA PROPRIEDADE. DESAPROPRIAÇÃO, 247
12.1 Hipóteses de perda da propriedade móvel e imóvel, 247
12.2 Alienação, 248
12.3 Renúncia, 249
12.4 Abandono, 250
12.5 Perecimento do objeto, 252
12.6 Desapropriação. Natureza, 252
12.6.1 Modalidades de desapropriação, 254
12.6.2 Objeto da desapropriação, 256
12.6.3 Declaração expropriatória, 257
12.6.4 Processo da desapropriação, 257
12.6.5 Indenização e pagamento, 262
12.6.6 Desapropriação indireta, 263
12.6.7 Desistência da desapropriação. Revogação e anulação do ato expropriatório, 265
12.6.8 Retrocessão, 266
12.6.9 Servidão administrativa, requisição e ocupação provisória, 268

13 DIREITOS DE VIZINHANÇA. USO NOCIVO DA PROPRIEDADE, 271
13.1 Uso nocivo, mau uso e prejuízo decorrentes de direito de vizinhança, 271
13.1.1 Dificuldade da noção de uso nocivo da propriedade, 276
13.1.2 Ações decorrentes do uso nocivo da propriedade. Dano infecto, 282
13.2 Árvores limítrofes, 284
13.3 Passagem forçada, 286
13.3.1 Passagem de cabos e tubulações, 289
13.4 Águas, 290
13.5 Limites entre prédios. Demarcação, 296
13.6 Direito de construir, 302
13.7 Direito de tapagem, 311

14 CONDOMÍNIO EM GERAL, 315
14.1 Comunhão de direitos e condomínio, 315
14.2 Antecedentes históricos e natureza do condomínio, 316
14.3 Modalidades e fontes do condomínio, 317

14.4 Direitos e deveres dos condôminos, 320
14.5 Administração do condomínio, 326
14.6 Venda da coisa comum. Venda de quinhão comum. Divisão e extinção do condomínio, 328
14.7 Condomínio em paredes, cercas, muros e valas, 332
14.8 Compáscuo, 333

15 CONDOMÍNIO EDILÍCIO. OUTRAS MODALIDADES DE CONDOMÍNIO, 335
15.1 Denominação e natureza jurídica. Duplicidade de natureza no direito de propriedade: unidades autônomas e áreas comuns. Personificação, 335
15.2 Constituição e objeto. Incorporação imobiliária, 339
15.3 Convenção de condomínio. Regimento interno, 344
15.4 Direitos e deveres dos condôminos. Infrações e penalidades. Restrição ao direito do condômino. Possibilidade de exclusão de condômino ou ocupante, 349
15.4.1 Terraço de cobertura. Vagas de garagem e áreas de lazer e de utilização comum, 358
15.5 Despesas de condomínio. Cobrança. Obras e reformas, 362
15.5.1 Inquilino na unidade autônoma. Lei do Inquilinato, 367
15.6 Assembléia geral de condôminos, 369
15.7 Administração do condomínio. O síndico, 372
15.8 Extinção do condomínio horizontal, 373
15.9 Novas manifestações condominiais: loteamentos fechados, multipropriedade imobiliária (*time sharing*), *shopping centers*, clubes de campo, cemitérios, 374

16 PROPRIEDADE RESOLÚVEL, 381
16.1 Hipóteses legais, 381
16.2 Propriedade sujeita à condição ou termo, 382
16.3 Propriedade resolúvel por causa superveniente, 385

17 GARANTIA FIDUCIÁRIA. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA, 387
17.1 Alienação fiduciária em garantia. Origens. Conceito. A propriedade fiduciária no Código Civil de 2002, 387
17.2 Garantia fiduciária dos bens móveis. Requisitos e alcance. Lei nº 10.931/2004. Sujeitos, 392
17.2.1 Conseqüências do inadimplemento na alienação fiduciária de bens móveis, 397
17.2.2 Obrigações do credor na alienação fiduciária de bens móveis, 398

17.2.3 Garantia fiduciária de móveis na falência, 398
17.3 Alienação fiduciária de coisa imóvel, 399
17.3.1 Extinção da alienação fiduciária imobiliária, 400
17.3.2 Leilão, 401
17.3.3 Outras disposições: cessão de posição contratual, reintegração de posse, fiança, insolvência. Forma, 403

18 DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS. ENFITEUSE E SUPERFÍCIE, 405
18.1 Propriedade e direitos reais limitados, 405
18.2 Enfiteuse. Conceito. Notícia histórica, 410
18.2.1 Enfiteuse. Efeitos. Constituição. Objeto, 413
18.2.2 Direitos e deveres do enfiteuta, 414
18.2.3 Direitos e deveres do senhorio, 417
18.2.4 Extinção da enfiteuse, 418
18.2.5 Ações decorrentes da enfiteuse, 420
18.2.6 Enfiteuse da União, 421
18.3 Direito de superfície. Conceito e compreensão, 422
18.3.1 Direito de superfície no Estatuto da Cidade. Cotejo com o Código Civil, 425
18.3.2 Direitos das partes. Pagamento. Transmissão do direito. Preferência, 427
18.3.3 Extinção, 429

19 SERVIDÕES, 431
19.1 Conceito. Notícia histórica, 431
19.1.1 Servidões e limitações decorrentes de vizinhança. Servidões administrativas, 434
19.1.2 Modalidades de servidão. Origem histórica, 435
19.2 Classificação, 436
19.3 Características, 439
19.4 Exercício do direito de servidão, 443
19.5 Origem e constituição das servidões, 446
19.6 Extinção das servidões, 449
19.7 Ações decorrentes das servidões, 452

20 USUFRUTO. USO. HABITAÇÃO, 455
20.1 Conceito de usufruto. Notícia histórica, 455
20.2 Natureza jurídica. Características, finalidades e objeto. Usufruto impróprio. Constituição e transcrição. Acessórios, 457

20.3 Afinidade e distinção com outros institutos. Usufruto e fideicomisso. Usufruto sucessivo, 463
20.4 Modalidades. Usufrutos especiais, 466
20.5 Inalienabilidade, 467
20.6 Direito de acrescer entre usufrutuários, 470
20.7 Direitos do usufrutuário, 472
20.8 Deveres do usufrutuário, 474
20.9 Direitos e obrigações do nu-proprietário, 476
20.10 Usufruto de pessoa jurídica e sobre patrimônio, 477
20.11 Extinção do usufruto, 478
20.12 Direito real de uso, 481
20.13 Direito real de habitação, 482
20.14 Ações decorrentes do usufruto, uso e habitação, 484

21 RENDAS CONSTITUÍDAS SOBRE IMÓVEIS, 487
21.1 Contrato de constituição de renda e direito real. Notícia histórica, 487
21.2 Características do direito obrigacional de constituição de renda, 488
21.3 Características como direito real, 489
21.4 Direitos e obrigações do credor e do rendeiro, 492
21.5 Extinção, 493
21.6 Ações decorrentes da constituição de renda, 494

22 PROMESSA DE COMPRA E VENDA COM EFICÁCIA REAL. DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR, 495
22.1 Origens. Conceito, 495
22.2 Natureza jurídica, 499
22.3 Adjudicação compulsória, 501
22.4 Lineamentos gerais da promessa de compra e venda, 503

23 DIREITOS REAIS DE GARANTIA, 507
23.1 Conceito. Notícia histórica. Natureza. Bens móveis e imóveis. Penhor, hipoteca e anticrese, 507
23.2 Relação entre o crédito e a garantia. Eficácia contra terceiros. Excussão. Especialização. Preferência, 509
23.3 Garantia prestada por terceiros, 513
23.4 Indivisibilidade. Remição. Direito real de garantia no condomínio, 515
23.5 Capacidade para instituir a garantia e seu objeto, 517
23.6 Proibição do pacto comissório, 518
23.7 Princípio da prioridade, 519

23.8 Antecipação de vencimento das obrigações. Substituição e reforço da garantia real, 520
23.9 Extinção dos direitos reais de garantia, 523

24 PENHOR, 525
24.1 Conceito. Características. Modalidades, 525
24.2 Penhor convencional. Constituição. Objeto, 529
24.2.1 Direitos e obrigações do credor e devedor pignoratício, 531
24.3 Penhor legal, 534
24.4 Modalidades especiais de penhor. Penhor rural (agrícola e pecuário). Penhor industrial. Penhor mercantil, 537
24.4.1 Penhor de veículos, 543
24.5 Penhor de direitos e caução de títulos de crédito, 544
24.6 Extinção do penhor, 548
24.7 Ações decorrentes do penhor, 551

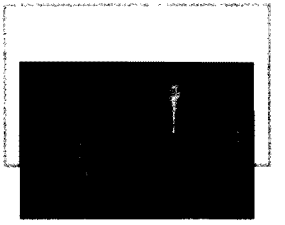
25 HIPOTECA, 553
25.1 Notícia histórica, 553
25.2 Princípios gerais, 556
25.2.1Registro da hipoteca. Dúvida, 561
25.3 Hipoteca convencional, 564
25.4 Hipoteca legal, 565
25.5 Hipoteca judicial, 569
25.6 Pluralidade de hipotecas e insolvência do devedor, 570
25.6.1 Abandono do imóvel hipotecado pelo adquirente, 572
25.7 Efeitos da hipoteca, 573
25.8 Remição, 574
25.8.1 Perempção da hipoteca, 577
25.8.2 Prefixação de valor do imóvel hipotecado para fins de arrematação, adjudicação e remissão, 577
25.9 Hipotecas contraídas no período suspeito da falência, 578
25.9.1 Loteamento ou constituição de condomínio no imóvel hipotecado, 579
25.10 Extinção da hipoteca, 580
25.11 Cédula hipotecária habitacional, 585
25.12 Execução da dívida hipotecária. Execução extrajudicial da dívida hipotecária, 585
25.13 Hipoteca naval, aérea e de vias férreas. Minas e pedreiras, 587

26 ANTICRESE, 591
26.1 Conceito. Notícia histórica, 591
26.2 Direitos e deveres do devedor e do credor, 594
26.3 Extinção da anticrese. Anticrese de bens móveis, 596

27 DIREITOS DE AUTOR, 599
27.1 Conceito. Conteúdo, 599
27.2 Objeto do direito autoral, 603
27.3 Conceituação de autor. Direitos morais, 605
27.4 Direitos patrimoniais do autor. Cessão de direitos, 606
27.5 Direitos conexos, 609
27.6 Registro das obras intelectuais, 610
27.7 Direitos autorais no campo da informática, 610
27.8 Associações de titulares de direito de autor, 612
27.9 Alguns aspectos dos direitos autorais. Obra feita sob encomenda. Obra publicitária. Transmissões radiofônicas e televisivas. Obras de artes plásticas. Obra fotográfica. Obra jornalística. Obras fonográficas e cinematográficas, 613
27.10 Tutela dos direitos autorais, 616

Bibliografia, 619

Índice Remissivo, 625



Sumário

Nota do Autor à 6ª edição, xv

1 INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA, 1
- 1.1 Compreensão, 1
- 1.2 Lineamentos históricos, 3
- 1.3 Família moderna. Novos fenômenos sociais, 6
- 1.4 Natureza jurídica da família, 8
- 1.5 Direito de família, 9
  - 1.5.1 Características peculiares, 13
- 1.6 Direito de família no Brasil. Constituição de 1988, 16
- 1.7 Estado de família, 20
  - 1.7.1 Ações de estado, 21

2 CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL, 23
- 2.1 Introdução. Justificação do presente título, 23
- 2.2 Lineamentos históricos, 25
- 2.3 Casamento no direito brasileiro. Conceito, 26
  - 2.3.1 Natureza jurídica do casamento, 28
  - 2.3.2 Características do casamento. Finalidades. Pressupostos, 29
  - 2.3.3 Casamento civil e religioso, 32
  - 2.3.4 Esponsais: promessa de casamento, 33
  - 2.3.5 Corretagem matrimonial, 37
- 2.4 União de fato. União estável. Concubinato, 37
  - 2.4.1 Natureza jurídica da união estável. Conceito e compreensão. Elementos constitutivos, 42

2.4.2 União estável e casamento. Aspectos legais da união estável, 47

3 FORMALIDADES PRELIMINARES. HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO, 53
3.1 Lineamentos históricos, 53
3.2 Habilitação, 54
3.3 Suprimento do consentimento, 61
3.4 Procedimento de habilitação, 64
3.4.1 Dispensa de proclamas, 66

4 IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS. CAUSAS DE ANULAÇÃO E CAUSAS SUSPENSIVAS, 67
4.1 Legitimação e capacidade para o casamento, 67
4.2 Aspectos gerais dos impedimentos, 69
4.3 Impedimentos no Código de 2002, 70
4.4 Casamento anulável. Impedimentos relativos, 75
4.5 Causas suspensivas, 82
4.6 Oposição de impedimentos, 84

5 CELEBRAÇÃO E PROVA DO CASAMENTO, 87
5.1 Ritos matrimoniais, 87
5.2 Cerimônia do casamento, 88
5.2.1 Suspensão da cerimônia, 92
5.2.2 Casamento perante autoridade diplomática, 93
5.3 Casamento por procuração, 94
5.4 Casamento sob moléstia grave. Casamento nuncupativo, 96
5.5 Casamento religioso com efeitos civis, 99
5.6 Prova do casamento. Posse de estado de casado, 101

6 CASAMENTO INEXISTENTE, NULO E ANULÁVEL, 105
6.1 Casamento inexistente, 105
6.2 Nulidade e inexistência do casamento, 109
6.3 Nulidades do casamento, 110
6.3.1 Legitimação para argüir nulidade, 112
6.3.2 Casos de nulidade, 112
6.3.3 Ação de nulidade e de anulação. O curador de vínculo no Código de 1916, 113
6.4 Casamento anulável. Legitimação. Prazos, 115
6.4.1 Hipóteses de anulação. Coação, 116
6.4.2 Erro essencial sobre a pessoa, 119
6.4.3 Erro quanto à identidade, honra e boa fama, 120

6.4.4 Ignorância de crime, 123
6.4.5 Defeito físico irremediável ou moléstia grave. Doença mental, 123
6.4.6 Defloramento da mulher no Código de 1916, 125
6.4.7 Prazos para ação de anulação, 127
6.5 O dolo não é causa de anulação, 128

7 CASAMENTO PUTATIVO, 129
7.1 Conceito, 129
7.2 Condições do casamento putativo, 131
7.2.1 Erro de direito e erro de fato no casamento putativo, 132
7.3 Efeitos do casamento putativo, 133
7.4 Declaração de putatividade, 135

8 EFICÁCIA DO CASAMENTO. DIREITOS E DEVERES DOS CÔNJUGES. INTRODUÇÃO AO DIREITO CONJUGAL PATRIMONIAL, 137
8.1 Introdução, 137
8.1.1 Eficácia do casamento, 139
8.1.2 Princípios gerais do direito patrimonial entre os cônjuges. Alteração de regime, 141
8.2 Deveres dos cônjuges, 150
8.3 Direitos e deveres do marido no Código de 1916. Os direitos homogêneos no Código de 2002, 153
8.4 Direitos e deveres da mulher no sistema anterior. Responsabilidade dos cônjuges, 157
8.4.1 Bens reservados, 159

9 SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO, 165
9.1 Introdução, 165
9.2 Separação e divórcio. Aspectos legais comparativos, 169
9.2.1 Nome da mulher. Nome dos cônjuges, 173
9.3 Separação judicial. Modalidades, 177
9.3.1 Processo de separação por mútuo consentimento, 181
9.3.1.1 Alimentos. Renúncia aos alimentos na separação, 185
9.3.1.2 Guarda e proteção dos filhos na separação por mútuo consentimento, 189
9.3.1.3 Partilha. Promessa de doação, 190
9.3.2 Separação litigiosa, 193
9.3.2.1 Separação por conduta desonrosa ou grave violação dos deveres do casamento, 195

9.3.2.2 Separação por ruptura da vida em comum, 197
9.3.2.3 Separação por grave doença mental, 198
9.3.2.4 Indeferimento da separação na forma do art. 6º da Lei nº 6.515/77. Cláusula de dureza. Dispositivo ausente no Código Civil de 2002, 199
9.3.2.5 Efeitos patrimoniais na forma do § 3º do art. 1.572, 200
9.3.2.6 Proteção à pessoa dos filhos na separação litigiosa. Guarda dos filhos. Guarda compartilhada, 201
9.3.3 Reconciliação. Efeitos, 206
9.3.4 Separação de corpos e outras medidas cautelares, 207
9.4 Divórcio, 208
9.4.1 Modalidades de divórcio. Processo, 209
9.4.2 Conversão da separação judicial em divórcio, 211
9.4.2.1 Partilha no divórcio, 213
9.4.3 Divórcio direto. Consensual e litigioso, 214
9.4.4 Efeitos do divórcio, 217

10 PARENTESCO, 219
10.1 Conceito e compreensão, 219
10.2 Modalidades de parentesco, 221
10.3 Contagem de graus, 222
10.4 Afinidade, 224
10.5 Efeitos do parentesco, 225

11 FILIAÇÃO, 227
11.1 Conceito, 227
11.2 Filiação legítima. Paridade na filiação, 229
11.2.1 Conceito de filiação legítima, 231
11.2.2 Provas de paternidade. Os filhos provenientes de inseminação artificial. A reprodução assistida, 239
11.2.3 Biogenética e paternidade, 243
11.3 Ação de filiação legítima, 249
11.3.1 Ação negatória de maternidade, 250
11.4 Legitimação no Código de 1916, 250

12 FILIAÇÃO FORA DO CASAMENTO, 253
12.1 Evolução legislativa, 253
12.2 Reconhecimento de filiação, 256
12.2.1 Reconhecimento voluntário. Lei nº 8.560/92. Atual Código, 257

12.2.2 Averiguação oficiosa de paternidade, 263
12.2.3 Oposição ao reconhecimento, 265
12.2.4 Anulação do reconhecimento, 265
12.3 Investigação de paternidade, 268
12.3.1 Provas científicas de paternidade, 274
12.4 Efeitos do reconhecimento, 275
12.5 Investigação de maternidade, 277

13 ADOÇÃO, 279
13.1 Conceito, 279
13.2 Lineamentos históricos, 281
13.3 Natureza jurídica, 284
13.4 Adoção no Código Civil de 1916. Requisitos. Efeitos. Adoção do nascituro, 284
13.4.1 Extinção da adoção civil no Código de 1916, 289
13.5 Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Evolução legislativa, 291
13.6 Guarda, 293
13.7 Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Requisitos, 297
13.7.1 Estágio de convivência, 304
13.7.2 Adoção internacional, 305
13.7.3 Sentença e registro, 307
13.7.4 Efeitos da adoção, 308
13.7.5 Cadastro de crianças e adolescentes para adoção, 310
13.8 Adoção: o Estatuto da Criança e do Adolescente e o atual Código Civil, 311
13.9 Adoção e o Projeto nº 6.960, de 2002, 314

14 PODER FAMILIAR, 317
14.1 Introdução. Lineamento histórico. Compreensão, 317
14.2 Titularidade do poder familiar. Sujeitos, 319
14.3 Conteúdo do poder familiar, 323
14.4 Particularidades, 325
14.5 Poder familiar quanto à pessoa dos filhos, 325
14.6 Usufruto e administração dos bens de filhos menores, 327
14.7 Suspensão, perda e extinção do poder familiar, 331

15 REGIMES DE BENS, 337
15.1 Introdução, 337
15.2 Princípios gerais. Requisitos do pacto antenupcial, 341
15.2.1 Separação obrigatória de bens, 341

15.2.1.1 Comunhão de aqüestos na separação legal no sistema de 1916. O atual código, 344
15.2.2 Redução a termo. Escritura pública, 345
15.3 Comunhão parcial, 349
15.3.1 Bens excluídos da comunhão parcial, 350
15.3.2 Bens que ingressam na comunhão, 353
15.3.3 Administração dos bens na comunhão parcial, 353
15.4 Comunhão universal de bens, 355
15.4.1 Bens excluídos da comunhão universal, 356
15.5 Regime de participação final nos aqüestos, 359
15.6 Separação de bens, 365
15.7 Regime dotal, 367
15.8 Outros regimes, 368
15.9 Doações antenupciais, 368
15.10 Disciplina patrimonial entre companheiros ou conviventes. Contrato de convivência na união estável, 370

16 ALIMENTOS, 375
16.1 Introdução. Conceito. Origens, 375
16.2 Pressupostos da obrigação alimentar, 377
16.3 Modalidades. Características, 380
16.4 Sujeitos da obrigação alimentícia, 386
16.4.1 Alimentos aos filhos menores, 389
16.4.2 Alimentos aos filhos maiores, pais e irmãos, 390
16.4.3 Alimentos decorrentes do casamento, 391
16.4.4 Alimentos na união estável, 396
16.5 Transmissão da obrigação alimentar, 398
16.6 Conteúdo e condições da prestação alimentícia, 400
16.7 Ação de alimentos. Lei nº 5.478/68, 401
16.7.1 Execução de alimentos. Prisão do devedor, 403

17 BEM DE FAMÍLIA, 407
17.1 Origem histórica, 407
17.2 Legislação – conceituação – natureza jurídica, 408
17.3 A Lei nº 8.009, de 29-3-90, 410
17.4 Objeto e valor do bem de família, 412
17.5 Legitimação para a instituição e destinação do bem, 415
17.6 Requisitos, 417
17.7 Inalienabilidade e impenhorabilidade do bem de família. Aplicação na Lei nº 8.009, 418
17.8 Duração, 421

17.9 Processo de constituição, 422
17.10 O bem de família no atual Código Civil, 424

18 UNIÃO ESTÁVEL, 429
18.1 União estável e direito de família, 429
18.2 Reconhecimento da união estável, 435
18.3 Apontamentos sobre a polêmica legislação, 435
18.4 Convenções entre os conviventes, 436
18.5 Dissolução da união estável. Patrimônio, 437
18.6 União de pessoas do mesmo sexo, 440

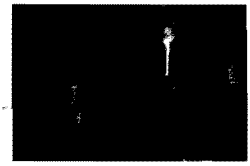
19 TUTELA, 443
19.1 Introdução. Conceito. Origens, 443
19.2 Fontes da tutela, 449
19.2.1 Requisitos da tutela, 453
19.3 Os tutores. Tutela e poder familiar, 454
19.3.1 Nomeação de casal para o encargo de tutores, 456
19.4 Incapazes de exercer a tutela, 457
19.4.1 Proibições legais, 458
19.5 Escusa dos tutores, 459
19.6 Garantia da tutela, 460
19.7 Exercício da tutela, 463
19.8 Bens dos órfãos, 466
19.9 Prestação de contas, 467
19.10 Cessação da tutela, 468

20 CURATELA, 471
20.1 Introdução. Conceito, 471
20.2 Princípios da curatela. Quem pode ser curador, 474
20.2.1 Administração provisória, 475
20.3 Enfermos ou deficientes mentais sem o devido discernimento, 476
20.4 Aqueles que por causa duradoura não puderem exprimir sua vontade, 477
20.5 Deficientes mentais, ébrios habituais e viciados em tóxicos, 477
20.6 Excepcionais sem completo desenvolvimento mental, 479
20.7 Pródigos, 479
20.8 Nascituros, 481
20.9 Enfermo e portador de deficiência física, 481
20.10 Legitimidade para requerer a interdição, 483
20.11 Processo de interdição, 484
20.12 Sentença de interdição, 486
20.13 Levantamento de interdição, 487

21 AUSÊNCIA, 489
21.1 Introdução, 489
21.2 Curadoria do ausente, 491
21.3 Sucessão provisória, 494
21.4 Sucessão definitiva, 496
21.5 Conseqüências para o direito de família, 498

Bibliografia, 499

Índice remissivo, 505



Sumário

Nota do Autor à 6ª edição, xv

1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS, 1
- 1.1 Sucessão. Compreensão do vocábulo. O direito das sucessões, 1
- 1.2 Direito das sucessões no direito romano, 2
- 1.3 Idéia central do direito das sucessões, 4
- 1.4 Noção de herança, 6
- 1.5 Sucessão legítima e testamentária. Lei aplicável. Legado não se confunde com herança, 8

2 ABERTURA DA SUCESSÃO. TRANSMISSÃO DA HERANÇA. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA. CESSÃO DA HERANÇA, 11
- 2.1 Fato que determina a sucessão, 11
- 2.2 Momento da abertura da sucessão. A comoriência, 11
- 2.3 Transmissão e aceitação da herança. Lei que regula a sucessão e a legitimação para suceder, 14
- 2.4 Aceitação da herança. Conteúdo. Formas. Renúncia, 17
  - 2.4.1 Direito de deliberar, 25
  - 2.4.2 Aceitação da herança sob benefício de inventário, 25
- 2.5 Cessão de direitos hereditários (venda ou alienação da herança ou de bens da herança), 28

3 INVENTÁRIO: NOÇÃO. POSSE DOS HERDEIROS E POSSE DO INVENTARIANTE. INDIVISIBILIDADE DA HERANÇA. CAPACIDADE PARA SUCEDER. PACTOS SUCESSÓRIOS, 33
3.1 Inventário e indivisibilidade da herança, 33
3.1.1 Foro competente, 35
3.1.2 Inventariança, 37
3.1.3 Nomeação e remoção do inventariante, 39
3.2 Posse dos herdeiros e posse do inventariante, 41
3.3 Indivisibilidade da herança, 43
3.4 Capacidade para suceder, 44
3.5 Pactos sucessórios, 47

4 CAPACIDADE PARA SUCEDER. INDIGNIDADE. APARÊNCIA E HERDEIRO APARENTE, 49
4.1 Capacidade para suceder, 49
4.2 Indignidade para suceder, 52
4.3 Características da indignidade, 53
4.4 Efeitos da indignidade, 55
4.5 Reabilitação do indigno, 57
4.6 Casos de indignidade, 59
4.7 Aparência e herdeiro aparente. O art. 1.817 do Código Civil (anterior, art. 1.600). Posição do herdeiro aparente no Código de 2002, 62

5 HERANÇA JACENTE. HERANÇA VACANTE. SUCESSÃO DO ESTADO. SUCESSÃO DO AUSENTE, 67
5.1 Herança sem herdeiros. Jacência, 67
5.2 Casos de herança jacente, 68
5.3 Arrecadação dos bens da herança jacente, 70
5.4 Herança vacante, 72
5.5 Sucessão do Estado, 75
5.6 Sucessão do ausente, sucessão provisória e definitiva, 76

6 INVENTÁRIOS E ARROLAMENTOS. PROCESSO. PETIÇÃO DE HERANÇA, 79
6.1 Inventário e partilha. Judicialidade do inventário. Questões de alta indagação, 79
6.2 Dispensa do processo de inventário. Alvarás, 82
6.3 Inventário negativo, 84
6.4 Legitimidade para requerer o inventário. Prazos, 85
6.5 Foro do inventário, 87

6.6 Questões relativas à inventariança, 89
6.7 Primeiras declarações, 91
6.8 Citações no inventário, 92
6.9 Fase das impugnações no inventário, 93
6.10 Fase de avaliação e cálculo do imposto. Últimas declarações, 94
6.11 Imposto *causa mortis*, 96
6.12 Arrolamentos, 99
6.13 Petição de herança, 102

7 VOCAÇÃO HEREDITÁRIA. SUCESSÃO LEGÍTIMA E TESTAMENTÁRIA. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA, 107
7.1 Sucessão legítima testamentária, 107
7.2 Origens históricas, 109
7.3 Sucessão em linha reta: sucessão dos descendentes, 110
7.4 Igualdade de direito sucessório dos descendentes na atualidade. O art. 227, § 6º, da Constituição Federal de 1988, 112
7.5 Direito de representação. Representação na classe dos descendentes, 116
7.5.1 Fundamento do instituto da representação, 118
7.5.2 Requisitos da representação, 119
7.5.3 Efeitos da representação, 120
7.6 Sucessão dos ascendentes, 120
7.7 Sucessão do cônjuge sobrevivente, 121
7.7.1 Meação do cônjuge, 122
7.7.2 Sucessão do cônjuge. Evolução na posição sucessória da mulher, 123
7.8 União estável. Direito sucessório dos companheiros, 132
7.8.1 Direitos sucessórios dos companheiros no Código de 2002, 140
7.9 Sucessão dos colaterais, 145
7.10 Sucessão do Estado, 147

8 HERDEIROS NECESSÁRIOS. PORÇÃO LEGÍTIMA. INALIENABILIDADE E OUTRAS CLÁUSULAS RESTRITIVAS, 149
8.1 Restrição à liberdade de testar. Histórico. Fundamento, 149
8.1.1 Cálculo das doações no cômputo das legítimas, 153
8.2 Restrições que pode sofrer a legítima. A cláusula de inalienabilidade, 154
8.2.1 Conceito da cláusula de inalienabilidade, 157
8.2.2 Espécies de inalienabilidade, 157

8.2.3 Efeitos da inalienabilidade. Exceções, 159
8.3 Cláusula de incomunicabilidade, 161
8.4 Cláusula de impenhorabilidade, 162
8.5 Cláusula de conversão de bens da legítima, 164
8.6 Cláusula de administração de bens à mulher herdeira no Código de 1916, 165
8.7 Sub-rogação de vínculos, 165
8.8 Cláusulas restritivas no Código Civil de 2002, 168

9 TESTAMENTO, 171
9.1 Introdução, 171
9.2 Aspectos históricos, 172
9.3 Definição, conceito e seus elementos constitutivos, 174
9.3.1 O testamento é negócio jurídico, 176
9.3.2 O testamento é ato unilateral, 176
9.3.3 O testamento é ato de última vontade ou *causa mortis*, 176
9.3.4 O testamento é negócio jurídico revogável, 177
9.3.5 O testamento é ato solene, 177
9.3.6 O testamento é ato personalíssimo, 178
9.4 Disposições não patrimoniais do testamento, 179
9.5 Gratuidade do testamento, 181

10 CAPACIDADE DE TESTAR E CAPACIDADE DE ADQUIRIR POR TESTAMENTO, 183
10.1 Capacidade de testar (capacidade testamentária ativa), 183
10.1.1 Incapacidade em razão da idade, 184
10.1.2 Incapacidade por falta de discernimento ou enfermidade mental, 185
10.1.3 Diferença entre incapacidade de testar e vícios de vontade, 188
10.1.4 Surdos-mudos, 190
10.2 Sobre outras incapacidades, 191
10.3 Capacidade de adquirir por testamento (capacidade testamentária passiva), 192
10.3.1 Situação do nascituro, 194
10.3.2 Atribuição testamentária à prole eventual, 194
10.4 Incapacidade relativa ou falta de legitimação para adquirir por testamento, 197
10.5 Simulação de contrato oneroso e interposição de pessoas, 199

11 FORMAS DE TESTAMENTO. TESTEMUNHAS. CODICILOS, 201
11.1 Introdução, 201
11.2 Perda, extravio ou destruição do testamento, 204
11.3 Testamento público, 205
11.3.1 Registro e cumprimento do testamento público (disposições processuais), 210
11.4 Testamento cerrado (secreto ou místico), 211
11.4.1 Atividade notarial no testamento cerrado, 212
11.4.2 Testador e sua posição no testamento cerrado, 215
11.4.3 Abertura, registro e cumprimento do testamento cerrado (disposições processuais), 217
11.5 Testamento particular, 218
11.5.1 Testamento particular excepcional, 222
11.5.2 Publicação e confirmação do testamento particular (disposições processuais), 224
11.6 Testamentos especiais, 225
11.7 Testemunhas testamentárias no Código de 1916, 227
11.7.1 Testemunhas no testamento no Código de 2002, 230
11.8 Codicilos, 231

12 DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS: CONTEÚDO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE, 235
12.1 Conteúdo do testamento, 235
12.2 Interpretação da vontade testamentária, 237
12.3 Disposições simples, condicionais, com encargo, por certa causa e a termo, 239
12.4 Identificação dos beneficiários. Disposições nulas. Pluralidade de sucessores. Disposições testamentárias anuláveis, 243

13 LEGADOS. MODALIDADES, 247
13.1 Interação do conceito, 247
13.2 Legado de coisa alheia, 250
13.3 Legado de usufruto e direitos reais limitados, 253
13.4 Legado de imóvel, 253
13.5 Legado de alimentos, 254
13.6 Legado de crédito, 255

14 EFEITOS DOS LEGADOS E SEU PAGAMENTO, 259
14.1 Forma de aquisição dos legados, 259
14.2 Quem efetua o pagamento dos legados, 262
14.3 Efeitos, 263

15 CADUCIDADE DOS LEGADOS, 267
15.1 Introdução, 267
15.2 Modificação da coisa legada, 268
15.3 Alienação da coisa legada, 269
15.4 Perecimento ou evicção da coisa legada, 270
15.5 Caducidade por indignidade, 272
15.6 Caducidade pela pré-morte do legatário, 272

16 DIREITO DE ACRESCER ENTRE HERDEIROS E LEGATÁRIOS, 273
16.1 Introdução. Conceito, 273
16.2 Direito de acrescer entre co-herdeiros, 276
16.3 Direito de acrescer entre legatários, 278
16.4 Direito de acrescer no usufruto, 280

17 SUBSTITUIÇÕES. FIDEICOMISSO, 281
17.1 Substituições. Conceito. Origem. Vontade do testador e limites legais, 281
17.2 Substituição vulgar e recíproca, 284
17.3 Fideicomisso, 285
17.3.1 Histórico do fideicomisso, 287
17.3.2 Modalidades de fideicomisso. Objeto. Duração. Fideicomisso residual, 288
17.3.3 Fideicomitente, fiduciário e fideicomissário. Direitos e deveres. Caducidade e extinção do fideicomisso, 290
17.3.4 Fideicomisso e usufruto, 295
17.3.5 Utilidade do fideicomisso, 296

18 DESERDAÇÃO, 299
18.1 Exclusão dos herdeiros necessários, 299
18.2 Origens históricas, 302
18.3 Requisitos da deserdação, 303
18.4 Prova da causa da deserdação, 304
18.5 Casos de deserdação, 308
18.6 Efeitos da deserdação, 311
18.6.1 Os efeitos não passam da pessoa do deserdado, 311
18.6.2 Diferenças na situação jurídica do indigno e na situação jurídica do deserdado, 312
18.6.3 Destino dos bens que caberiam ao deserdado, 313

19 REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS, 315
19.1 Conceito, 315
19.2 Procedimento para a redução, 316
19.3 Cálculo da parte inoficiosa, 319
19.3.1 Doações e parte inoficiosa, 320
19.4 Regras para a redução, 321

20 NULIDADES DO TESTAMENTO. REVOGAÇÃO E CADUCIDADE, 325
20.1 Nulidades em matéria de testamento, 325
20.2 Revogação do testamento, 328
20.2.1 Revogação pela abertura ou dilaceração do testamento cerrado, 331
20.2.2 Revogação presumida (ruptura do testamento), 332
20.3 Caducidade dos testamentos, 333

21 TESTAMENTEIRO, 335
21.1 Conceito. Origens, 335
21.2 Natureza jurídica, 336
21.3 Da necessidade da testamentaria, 337
21.4 Escolha e nomeação do testamenteiro, 338
21.5 Posse dos bens da herança, 339
21.6 Obrigações do testamenteiro, 340
21.7 Testamenteiros simultâneos, 344
21.8 Remuneração do testamenteiro (a vintena), 344
21.9 Extinção da testamentaria, 346

22 SONEGADOS, 349
22.1 Conceito, 349
22.2 Requisitos da sonegação, 351
22.3 Quem pode praticar a sonegação, 353
22.4 Momento em que ocorre a sonegação, 354
22.5 Quem pode mover ação de sonegados, 356
22.6 Ação de sonegados, 356
22.7 Efeitos da sonegação. Penas, 357

23 COLAÇÕES, 359
23.1 Conceito. Fundamento, 359
23.2 Colação e redução das liberalidades, 362
23.3 Quem deve colacionar, 364
23.4 Momento da colação. Procedimento, 365

23.5 Valor da colação, 366
23.6 Objeto da colação. Bens que não são colacionados, 367

24 PARTILHA. GARANTIA DOS QUINHÕES. INVALIDADE DA PARTILHA, 371
24.1 Partilha. Conceito. Início do procedimento, 371
24.2 Espécies de partilha, 374
24.3 Regras a serem observadas para uma partilha melhor, 378
24.4 Frutos dos bens hereditários, 380
24.5 Partilha feita em vida, 380
24.6 Sobrepartilha, 383
24.7 Garantia dos quinhões hereditários. Responsabilidade pela evicção, 385
24.8 Invalidade da partilha: nulidade e anulação. Rescisão da sentença de partilha, 387

25 ENCARGOS DE HERANÇA. PAGAMENTO DAS DÍVIDAS, 393
25.1 Espólio. Encargos da massa hereditária, 393
25.2 Procedimento para o pagamento das dívidas do espólio, 395
25.3 Dívidas da massa hereditária: dívidas póstumas. Dívidas com privilégio geral, 398
25.4 Responsabilidade dos herdeiros, 400
25.5 Pedido de separação de patrimônios feito por legatários e credores, 401

Bibliografia, 403

Índice Remissivo, 409